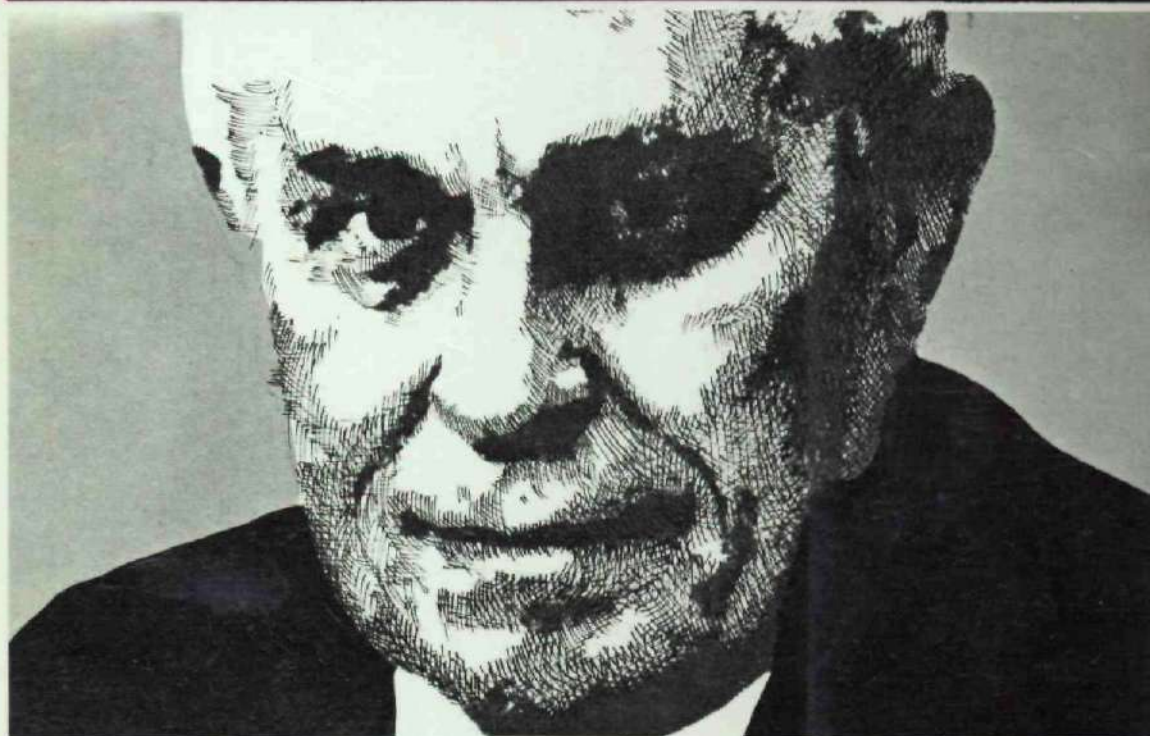


LF
923.281
V614B
L
EX.2

LUIZ NAVARRO DE

LUIZ VIANA FILHO



LUIZ NAVARRO DE BRITTO

LUIZ
VIANA
FILHO

SALVADOR, 1978



**COLEÇÃO CABRÁLIA
VOLUME II**

**Capa: Humberto Rocha
Planejamento gráfico: Abílio Cândido de Jesus
Revisão:
Edilene Matos Pithon**

**Obra publicada sob os auspícios
do
GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**

**Governador
ROBERTO FIGUEIRA SANTOS**

**FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA
Impresso no Brasil
MCMLXXVIII**



L. V. F. depois de eleito membro da Academia Brasileira de Letras.

Vida e obra de Luiz Viana Filho

(*) Com textos antológicos do escritor Luiz Viana Filho.

Será sempre muito difícil escrever sobre a vida de Luiz Viana Filho. Ela não cessa de surpreender, sempre fecunda, poligonal e extremamente rica de fatos e de idéias.

Além disso Luiz Viana é um biógrafo, o príncipe dos biógrafos brasileiros como lhe apelidou Alceu Amoroso Lima. Os modelos de suas obras por certo não poderão deixar de inibir qualquer eventual contador de suas estórias.

No "Discurso" com que prefaciou a História de Carlos XII, Voltaire acentuara o seu propósito de somente descrever em seu livro, os acontecimentos mais importantes na vida do rei da Suécia. Ele estava persuadido, de que "a história de um príncipe não é tudo o que ele fez, mas aquilo que ele fez digno de ser transmitido à posteridade" (1).

Luiz Viana Filho é um estadista e um escritor. Não creio porém que seria justo apenas intronizar aqui estes dois personagens históricos. Muito mais importante do que o seu papel na política ou no cenário cultural do país, é todo o conjunto de sua vida, comportando suas crenças, seus sentimentos e suas atitudes.

Na elaboração deste esboço do seu retrato terei também de seleccionar acontecimentos, como ensinou Voltaire. Mas, modesto

1 - *Histoire de Charles, XII*, Garnier Flammarion, Paris 1968, p. 31

leitor de Luiz Viana Filho, tentarei arduamente não negligenciar a sua advertência de que "assim como os melhores retratos não são os que têm mais tinta, ou os que nos mostram todos os poros duma face, também as melhores biografias não serão as que encerram maior número de documentos e citações, mas as que no conjunto, logram proporcionar-nos nítida e real impressão sobre a vida e a personalidade de um homem". (2)

Claro que não pretendo com este meu breve relato escrever a biografia de Luiz Viana Filho. Sou retratista principiante e a coleção de que fará parte este livro impõe severas limitações de espaço. Além disso minha condição de seu amigo e colaborador durante muitos anos, talvez jamais me reserve também esta honra de ser seu biógrafo.

2 - *A Verdade na Biografia* - Editora Civilização Brasileira S/A, São Paulo 1945, p. 82.

Luiz Viana Filho nasceu em Paris, no dia 28 de março de 1908. Num dia portanto, de início de primavera, quando provavelmente a cidade cinzenta já começava a trocar de roupa.

Dois anos mais tarde, ele chegará a Bahia, trazido por seus pais — o Conselheiro Luiz Viana e D. Joana Gertrudes Viana — e aparentemente sem nenhuma lembrança da Avenida Foch, dos seus jardins floridos ou da sombra gigantesca do Arco do Triunfo.

Mas esta sombra explicará talvez muitas das escolhas em sua vida, como a sua paixão pela história ou modelo de André Maurois que lhe conquistou para a biografia. Talvez também lhe tenha gravado a dicção errada, os “rr” guturais e os “ss” quase cissiantes.

Chegando a Bahia em 1910, ele será levado para “O Mamão”, uma pequena fazenda de propriedade de seu pai, a 30 quilômetros de Salvador. Aí passará sempre as suas férias escolares, quando os encargos do Conselheiro Luiz Viana obrigavam o Senador da República a residir no Rio de Janeiro.

Porisso é no Rio que ele frequenta pela primeira vez uma escola. Uma escola pública, na rua Martins Ferreira, em Botafogo. Depois foi transferido para o aristocrático Colégio Anchieta e em seguida para o Aldridge. No Anchieta também tomou aulas de

violino. Sua dedicação à música foi entretanto muito efêmera. Jamais conseguira tocar um partitura completa.

Em compensação, aluno interno do Externato Burlamaqui Moura, ele se entregará aos estudos da história com a mesma avidez com que os gauleses tomaram o hábito de deter os viajantes para "lhes interrogar sobre tudo que cada um deles tinha aprendido ou conhecido". Luiz Viana Filho porém, embora uma criança, já não se contentava como os gauleses descritos por Cesar, com "os ruídos incertos" e "inventados para agradar" (3). Sua curiosidade era exigente e precisa. Quando mais tarde prestara seus exames de preparatórios no Colégio Pedro II, Pedro Couto impressionado com os seus conhecimentos de História do Brasil, convidou-o para sentar-se junto a banca examinadora, declarando que ele estava em condições de examinar os seus colegas. "Devo ter feito um bom exame", confessou-me uma vez, entre envaidecido e saudoso.

Em 1920 viaja com seu pai para a Europa. Poderia ter sido uma bela viagem de reencontros!... Mas a morte surpreendeu o Conselheiro. A criança enlutada chega apenas a Lisboa, onde acompanhou as providências para o traslado do corpo de seu pai para o Brasil.

Luiz Viana Filho continuará ainda interno, por algum tempo, no Burlamaqui Moura. Depois vai viver na Bahia, onde presta seus últimos exames de preparatórios: Física, Química, Latim e História Natural. Órfão, ele seguirá sendo porém o aluno estudioso e diligente. Nas aulas de Química do professor Adolfo Diniz, por exemplo, ele era um dos melhores.

Com 16 anos começa a trabalhar no "Diário da Bahia". Seu tio, Jerônimo Sodré Viana arranjara-lhe o emprego. Este era o irmão predileto de seu pai. Homem de talento, além de escrever para o Diário da Bahia, também assinava uma coluna diária ("A Hora Risonha") no jornal "A Tarde", com o pseudônimo de Jesovi.

O Diário da Bahia, costuma confessar, "foi um mundo para mim". Lá encontraria Aloísio de Carvalho Filho, Hermes Lima, Nestor Duarte, Sodré Viana. A turbulência do jornal com sua riqueza de fatos e de coisas, conquistara a inteligência inquieta que desabrochava. Pouco tempo depois trabalhava na redação.

3 - Cesar, *La guerre des Gaules*, Garnier Flammarion, Paris, p. 77

E aí, cotejando e glosando cotidianamente os fatos políticos, decidiu a sua matrícula na Faculdade de Direito.

Porque antes do jornal Luiz, Viana Filho pensara em ser médico. A companhia de vários amigos e sobretudo de Juvenal Gordilho, a quem estimulava e ajudava nos estudos de anatomia, conduzia-o naturalmente à velha Faculdade do Terreiro de Jesus. Nesta oportunidade leu o "Traité d'Anatomie Humaine" de L. Testut, a grande obra do professor de Lion premiada pela Academia de Medicina de Paris em 1902.

Mas, o jornal apaixonara e despertara o literato e político latentes. Além disso, a lembrança e culto à memória do Conselheiro jamais abandonaram o filho único e dileto. Decidir-se pelos estudos jurídicos foi portanto também uma forma de cristalizar o seu culto e a lembrança inesquecível.

Assim, em 1925, Luiz Viana Filho se matricula na Faculdade de Direito da Bahia. Fundada em 1891, ela estava ainda distante de competir com a tradição das Faculdades de Direito de São Paulo ou do Recife. Do seu corpo docente já constavam entretanto os nomes e Leovigildo Filgueiras, Afonso de Castro Rebelo, Severino Vieira, Antonio Muniz Sodré de Aragão, Filinto Bastos, Bernardino de Souza, Edgar Sanches, os quatro últimos no exercício da cátedra em 1925.

Na Faculdade da Lapa, jovens professores e colegas de Luiz Viana Filho se tornarão seus amigos de sempre ou companheiros na militância política: Alberico Fraga, Aliomar Baleeiro, Aloisio de Carvalho Filho, Clemente Mariani, Demosthenes Madureira de Pinho, Hermes Lima, Jaime Junqueira Aires, João Marques dos Reis, Pericles Madureira de Pinho.

Aqui começará uma etapa brilhante e fecunda, partilhada e confundida entre a Faculdade de Direito e o jornalismo, desde 28 de dezembro no vespertino "A Tarde" onde ingressou sob o patrocínio de Aliomar Baleeiro. Sua vida acadêmica lhe impunha deveres imperiosos, que não se esgotavam no casarão da Lapa. A "jeunesse dorée" devia frequentar saraus, tertúlias e as prolongadas rodas de epigramas do "Café das meninas". Além do mais, desportista e ouvinte de música erudita, Lulu Viana também escrevia contos e críticas literárias para a revista "Renascença", não podendo igualmente se furtar às noitadas alegres programadas por seus companheiros da "Pensão da Mariá", onde morou algum tempo.

Porém, esta fase inquieta, cedo tomará outros vetores e colorido. Conheceu Julieta Tarquinio Pontes. Elegante, inteligente, bem nascida, ela corresponderá de logo às expectativas do intelectual ambicioso e do jovem de maneiras medidas e de trajas apurados, sem afetação. Muito mais tarde, ela também saberá corresponder de modo irrepreensível às exigências do político, recebendo eleitores do São Francisco, chefiando a Casa Civil da Presidência da República ou governando a Bahia. "Jujú" como ele a chama, será sempre o grande amor e sua companheira insubstituível.

Conheceram-se em 1927, no Palácio da Aclamação. Ambos eram amigos dos filhos do Governador da Bahia, o Dr. Francisco Marques de Goes Calmon. Em janeiro do ano seguinte iniciaram o namoro que durou somente 6 meses. No dia 4 de junho de 1928 o Dr. Adriano Gordilho comparecia à casa senhorial de número 31 da Avenida Princesa Leopoldina para pedir ao Dr. Frederico Pontes a mão de sua filha Julieta para o estudante e jornalista Luiz Viana Filho.

O noivado, porém, será bastante mais longo. Primeiro era preciso concluir os estudos e colar grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, o que se realizou no salão nobre do Instituto Geográfico e Histórico, em 8 de dezembro de 1929. A solenidade foi presidida por Bernardino de Souza, Diretor da Faculdade, e paraninfada por João Marques dos Reis, professor de Direito Civil. Carlos Onofre fez o discurso em nome dos novos bacharéis. Segundo noticiário da época, o orador oficial "soube desenvolver o tema de sua oração como mostra do seu brilhante talento". (4)

Depois, era o começo de sua carreira de advogado. Foi trabalhar no escritório de Aliomar Baleeiro e Peçanha Martins. Embora já conhecido como jornalista e participando de uma "banca" que se projetava, as dificuldades iniciais da busca de clientes eram inevitáveis.

O noivado prolongou-se, então, durante 3 anos e meio. Evocando esta época, Dona Jujú confidencia as qualidades e vitórias desportivas do seu noivo: "Uma vez, tendo Lulu como *half* direito, o *Charleston* ganhou a grande partida de futebol da primavera. Outra vez, disputando a medalha dos 100 metros, ele

4 - "Noticiário", Revista de Cultura Jurídica, n. 3, ano 1, Bahia, 1929, p. 788.

venceu a corrida para Rodrigo Argolo, integrante da equipe dos Yankees”.

Nos últimos meses de 1931, demarraram-se os preparativos para o matrimônio. De repente, porém, contam os amigos mais indiscretos, estes preparativos foram acelerados, porque alguns parentes da noiva lembraram o inconveniente de realizar-se o casamento no ano de 1932, um ano bissexto.

Verdadeira ou não esta confidência, a cerimônia celebrou-se no dia 31 de dezembro. A lua-de-mel foi modesta; dois meses na fazenda Mamão.

Em 1.º de novembro de 1932 nasce o primeiro filho, Frederico. Depois virão mais cinco: Luis, Lia, Julieta, Celina e Maria Lucia.

Muito bom pai, a família sempre o absorve. Foi ao mesmo tempo carinhoso, rígido e exigente com as suas crianças. Segundo expressões de Dona Jujú, “Ele educava. Eu dizia sim”.

Mas tarde vieram os netos. A casa cheia lhe entenece. O escritor ou o estadista é antes de tudo o pai de seis filhos e o avô de vinte netos. “A fortuna, o sucesso, a glória, mesmo o poder podem aumentar a felicidade, escreve André Maurois, mas eles não podem criá-la. Somente as afeições dão felicidade”. (5)

5 — *Andre Maurois, La vie de Disraeli* — Gallimard, Paris 1967, p. 301.

O ano de 1928 consagra Luiz Viana Filho à política, com a sua eleição para a presidência do Centro Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito. A atividade política prolonga-se no jornalismo. Desde 1930, o êxito de seus artigos diários no vespertino "A Tarde" cresce-lhe o eleitorado potencial. Além disso, sob a direção de Aloísio de Carvalho Filho, ele criou em 1929, juntamente com Péricles Madureira de Pinho, Lauro Vieira de Sá, Joel da Rocha Lyra, Demóstenes Madureira de Pinho e Nelson de Almeida Pinto, a Revista de Cultura Jurídica, onde colaborou desde o primeiro número com um artigo sobre "A Constituição e as Minorias". No 4.^o número da Revista, de 1931, o político investe:

"Dos problemas que se agitam atualmente dentro do Brasil, nenhum poderá merecer maior atenção do que a reconstitucionalização do país... Temos a embarcação sem leme, navegando ao sabor das ondas. Terá a ditadura remédios para tudo isso? quando ninguém ignora a insuficiência das ditaduras em casos idênticos? Não é provável. Precisamos apenas de ordem, de legalidade. Urge-nos o Governo legal a cuja sombra se organizarão as forças sadias e capazes de serem um estaque às idolatrias exógenas". (6)

6 - "A oportunidade da Constituinte" in Revista de Cultura Jurídica, Bahia 1931, n.^{os} 4 e 5, ps. 185 e 186.

Este texto já antecipa as idéias fundamentais que nortearão a sua vida política. Um ano antes ele confiara ardorosamente na Revolução e em Getúlio Vargas (7). Mas o homem de São Borja deixava todos na incerteza. "Para onde vamos?" indagava Luiz Viana Filho. Suas convicções liberais não suportavam a idéia de nos ver "despedaçar nas criptas do Vaticano ou nos degraus do Kremlin, dois pontos opostos de que deveríamos fugir, por serem duas expressões igualmente repudiáveis, da compressão, da intolerância, e do esmagamento de consciências". Para ele, o respeito às liberdades individuais constituía o grande princípio para alcançar a ordem e prosperidade "que só o regime legal nos poderá proporcionar".

Porisso mesmo não tergiversa para aderir à Revolução constitucionalista de 1932. Com Aloisio de Carvalho, Eugenio Gomes, Gilberto Valente, Inocêncio Calmon, João Mendes, José Silveira, Lafayete Pondé, Miguel Calmon, Nestor Duarte, Prado Valadares e outros, ele redige grande parte do Manifesto da Liga de Ação Social e Política, afirmando a solidariedade baiana aos revolucionários de São Paulo.

Na manhã de 21 de agosto recebe ordem de prisão no seu escritório e é transportado para a Penitenciária do Estado. Foram três dias de expectativa. Alguns dos seus companheiros também alojados na Enfermaria pensam em rebelar-se. "Tive medo", confessou-me. As guaritas ocupadas permanentemente, dominavam todas as janelas. Por precaução, "protegi a minha cama atrás de uma das colunas existentes no dormitório". Mas não houve a Rebelião. No dia 23 foi autorizado a voltar à sua residência onde devia por algum tempo ainda permanecer preso sob palavra.

Este incidente robusteceu as crenças de Luiz Viana Filho e a sua decisão de pugnar ativamente em defesa das franquias individuais.

No ano imediato candidata-se a uma das cadeiras de constituinte. Alinhou-se com o "autonomismo", onde militavam Pedro Lago, seu padrinho, e todo o antigo grupo ligado politicamente a seu pai. Lutou bravamente. Seus principais cabos eleitorais foram os artigos diários que escrevia em "A Tarde".

7 - Ver O Direito dos Empregados no Comércio, Bahia, Almeida e Irmão Editores 1932, p. 239.

Não foi entretanto eleito, apesar de ter sido o candidato mais votado em Salvador. Pela segunda vez ele vê assim seus planos frustrados, pois já em 1930 sua candidatura a deputado estadual fora abortada pela Revolução.

Mas, Luiz Viana Filho não renuncia à sua "plena força de ataque" e em 1934 é eleito deputado federal pela Bahia. No ano seguinte assume a sua cadeira. Era o mais jovem entre os seus pares.

Tímido a princípio, como convém a todo neófito, seu estágio probatório durou muito pouco. Logo seu entusiasmo desafiava a tribuna da Câmara e sua inteligência mereceu o respeito de seus colegas e a curiosidade das galerias. Seus pronunciamentos na Comissão de Educação e Cultura sobre o idioma pátrio, publicados depois sob o título "A Língua do Brasil", marcam de modo especial a sua participação naquela legislatura, que nasceu promissora sob a Constituição de 1934 e deveria morrer prematuramente em 1937.

No dia 10 de novembro de 37, Luiz Viana Filho viajava de Salvador para o Rio. Austregésilo de Athayde e Manoel Novais eram seus companheiros de avião. Ao desembarcar na Ponte do Calabouço, seu sogro o esperava com a dolorosa notícia: Getúlio desfechara o Golpe de Estado, dissolveu o Congresso e outorgava ao país uma nova Carta Política.

Luiz Viana Filho retorna então a Salvador, deputado desempregado, para se consagrar outra vez ao jornalismo e a advocacia. Em 1940 concorre à cátedra de Direito Internacional Privado e, com a média geral 8.85, vence o concurso para o seu concorrente Clovis Newton de Lemos, livre-docente da cadeira, que obteve a média 8.20. Sua tese discorre sobre "A Condição Jurídica do Estrangeiro".

"Lavrado o parecer, informa a Revista da Faculdade de Direito da Bahia, indicando à nomeação de catedrático o bacharel Luiz Viana Filho, foi o mesmo parecer aprovado unanimemente pela Congregação da Faculdade, reunida na mesma tarde.

Todas as provas tiveram numerosa assistência de estudantes, juizes, advogados e pessoas gradadas, despertando o maior interesse nos círculos jurídicos e educacionais baianos.

Não se conformando com o resultado do concurso, o candidato bacharel Clovis Newton de Lemos recorreu para o Snr. Ministro da Educação, interpondo recurso perante o Snr. Inspetor Federal junto à Faculdade, bacharel Afonso Moreira Temporal.

Devidamente informado, na forma da lei, pela Congregação da Faculdade, que levantou a preliminar de nulidade pela irregularidade da interposição, foi o recurso rejeitado, não só por essa preliminar como quanto ao mérito, pelo Snr. Ministro da Educação, que aceitou, em todos os termos" o parecer de Abgar Renault, Diretor Geral do Departamento Nacional de Educação. (8)

Luiz Viana Filho volta assim à Faculdade onde estudou e onde já havia ensinado Direito Internacional Público, em 1933, substituindo Bernardino de Souza.

Um ano mais tarde, em 1941, ele publica "A Vida de Rui Barbosa".

Não é o seu primeiro livro. Com Aliomar Baleeiro, ele já escrevera em 1932 "O Direito dos Empregados no Comércio" e "A Língua do Brasil" foi editado desde 1936.

Também não é a biografia de Rui o primeiro fruto do ostracismo, sazonado no desencanto e prenhe de protesto. "A Sabinada", publicado em 1938, revela então o político inconformado. Ao contar a história da revolução republicana de 1837, ocorrida portanto um século antes do golpe de 10 de novembro, o autor colhe as oportunidades para ressaltar na figura de Sabino Vieira, "a mentalidade toda voltada para os anseios de liberdade e de democracia (que) devia se assemelhar à de um girondino". De quando em quando, evocando a Farroupilha baiana, ele como que adverte, doutrina e conclama os revolucionários de 1930:

"As revoluções fracassadas não se identificam pelas suas intransigências. Marcam-se pelas idéias, que lhe deram impulso, agremiaram homens, agitaram os espíritos e as deflagraram".

8 - In Revista da Faculdade de Direito da Bahia, vol. XV, ano de 1940, p. 233.

“Para se avaliar dos ideais da Sabinada, é necessário estudar a sua etiologia, o pensamento dos homens que a realizaram, o julgamento dos seus contemporâneos”.

“A idéia vinha tangida pelos ventos do sul, onde se proclamara a República e por ela se lutaria durante dez anos. Não podia haver mais pura inspiração republicana para os revolucionários baianos. E esta eles jamais a abandonaram”.

Por ela se iam bater bravamente os revolucionários de 1837: “com uma resistência sem igual”, na frase do general que os venceu:

Com a “Vida de Rui Barbosa”, Luis Viana Filho revela outra vez a permanente inquietação do político militante. “Ele oferece aos contemporâneos, disse Annie Ubersfeld sobre o Cromwell de Victor Hugo, a possibilidade de pensar a história presente através de um acontecimento do passado” (9). Seu propósito aliás nunca foi escondido. Disse-me várias vezes: “É uma obra intencionalmente política”.

Mas, “A Vida de Rui Barbosa” representa além disso o resultado de duas opções literárias do autor. De um lado, a leitura gulosa de Rui, por sugestão de Aliomar Baleeiro, e que de certo modo substituiu as preferências da adolescência, absorvidas por Eça de Queiroz. De outro lado, Luiz Viana Filho descobriu André Maurois e, através dele, Benjamin Disraeli. O primeiro conquistou-o definitivamente para a biografia enquanto a vida do Conde de Beaconsfield insinuou-lhe o modelo harmonioso do político e literato que ele repetirá com êxito.

A sua primeira biografia foi um sucesso. Anos mais tarde, um crítico literário do Estado de São Paulo salientava que o “Sr. Luis Viana Filho é um dos admiradores de Rui mais interessantes. Admira o monstro mas, ao mesmo tempo, procura situá-lo dentro da Humanidade”. Por isso mesmo, esta sua “atitude, que é a de um crítico e a de um historiador honesto, provocou alguma estranheza” e acarretou-lhe inclusive alguns dissabores. De fato, poucos dias depois de publicada “A vida de Rui Barbosa”, já Homero Pires desafiava-o pelos jornais para uma polémica escaldante. Luis Viana Filho aceita o desafio. Suas defe-

9 — Victor Hugo, *Cromwell*, Garnier — Flammarion, Paris 1968, p. 20.

sas e seus ataques estão reunidos no livro "A Verdade na Biografia". Aí não somente o biógrafo se reafirma. Também se destaca o espadachim mordaz e impiedoso. Leia-se este trecho:

"Mas, isso não é Rui: é o sr. Homero Pires. Pelos erros se conhece logo. Tanto na ortografia como na sintaxe pois nem só Rui escrevera "governo estadual" com "u", como é certo, como também, como manda a clareza e a gramática, limitava ambos os substantivos — "a sentença ou o acto" — pelo emprego dos artigos respectivos. No entanto, pondo uma locução substantiva própria onde Rui colocara uma locução substantiva comum, o-sr. Homero Pires sacrificou a clareza, desbaratou a gramática e trucidou o estilo, tirando-lhe o ritmo ciceroniano "a que Rui era tão sensível". É o estilo de Rui posto em caricatura" (10).

"A Verdade na Biografia" ressalta ainda o erudito e as excelentes escolas do biógrafo: Plutarco, Carlyle, Hackett, Ludwig, Macaulay, Maurois, Saint-Beuve, Voltaire. Estas escolas fizeram-no mestre brasileiro no gênero.

Em 1949 ele retoma a biografia, depois de uma segunda incursão histórica, desta vez sobre "O Negro na Bahia". Este último, segundo Gilberto Freire que o prefaciara, "É um ensaio em que reaparecem ampliadas e as vezes aguçadas, as qualidades do historiador de A Sabinada e do biógrafo de Rui". Ele percorre assim os caminhos abertos por Nina Rodrigues, Sá Oliveira, Manoel Querino, Braz do Amaral. Entre outros aspectos importantes desta obra, o sociólogo pernambucano salienta que em "relação à Bahia de formação negra ou africana, Luiz Viana Filho agora nos adverte contra o perigo de não a considerarmos só nem principalmente sudanesa mas igualmente bântu. Advertência contra uma das muitas simplificações exageradas nos estudos afro-brasileiros" (11).

Em 1949 aparece "Rui e Nabuco". Pondo-os em paralelo, escreveu Oscar Mendes, o autor "não tem em vista estabelecer primazias nem preocupação de averiguar qual deles o maior.

10 — *A Verdade na Biografia* — Editora Civilização Brasileira 1945, ps. 112.

11 — Prefácio in *O Negro na Bahia* — José Olímpio Editores, Rio 1946, ps. 7

Mostra apenas como foram ambos grandes na sua obra própria" (12). E se Rui já merecera todo um livro, não demorará também de surgir (1952) "A Vida de Joaquim Nabuco".

Comparando "A Vida de Rui Barbosa" com "A Vida de Joaquim Nabuco", Afrânio Coutinho não titubeia ao destacar a sua preferência: "Se qualquer comparação é lícita fazer entre as duas obras, não será pouco dizer-se que a segunda avanta-se de muito à primeira, em arquitetura e confecção artística" (13). O biógrafo ainda se aperfeiçoa. Ele busca paisagens, recria caracteres, não esquece os detalhes que dissimulam virtudes ou fraquezas. Mas ele segue também fugindo ao lugar comum do elogio fácil. "Preferiu a pesquisa às origens do temperamento de seu herói, sublinha José Lins do Rego, e nos colocou em frente não de uma estátua, mas em frente de um homem, simplesmente de um homem". (14)

O êxito obtido com "A Vida de Joaquim Nabuco" afetou-o da "febre verde". Para G. Lenotre, trata-se de "perturbações as quais os mais impassíveis não são nada refractários" (15). Luiz Viana Filho candidata-se à Academia Brasileira de Letras.

O "petitório" foi árduo. Certo, ele já passara por este tipo de provas em 1943 quando concorreu à cadeira n.º 2 (Gregório de Matos) da Academia de Letras da Bahia para substituir Aloisio Lopes Pereira de Carvalho (Lulu Parola) e foi eleito. Porém desta vez peleava com mais onze candidatos: Arnaldo Santiago, Augusto Lima Junior, Emani Lopes, Joaquim Tomaz, Jorge Lira, Leonídio Ribeiro, Magalhães Junior, Maurício de Medeiros (irmão mais moço de Medeiros e Albuquerque, o primeiro ocupante da cadeira), Nilo Bruzzi, Olavo Dantas e Sergio Gomes.

"Foi grande o interesse despertado pela eleição de ontem na Academia, registrou "A Gazeta" de São Paulo. Os corretores repletos de curiosos. Batalhões de fotógrafos e cinegrafistas, repórteres, homens de letras. A direção da Casa viu-se obrigada a, pela primeira vez na sua história, abrir um precedente: consentir na presença dos jornalistas no

12 - "Temas e Figuras" in O Diário - Belo Horizonte, 27 de novembro de 1949.

13 - "Correntes Cruzadas", Diário de Notícias, Rio, 10 de agosto de 1952.

14 - "Uma biografia de Nabuco", O Globo, Rio, 30 de dezembro de 1952.

15 - *Napoleon, Croquis de l'épopée* - Bernard Grasset, Paris 1966, p. 62.

segundo andar, na sala contígua àquela em que os "imortais" decidiam sobre os destinos dos 12 candidatos à vaga deixada por Miguel Osorio de Almeida". Segundo o Senhor Osvaldo de Almeida, bibliotecário da Academia, "eleição com interesse igual só a de Santos Dumont, em 1931" (16).

No 3.º escrutínio foi eleito com 31 votos, para a cadeira nº 22 que tem José Bonifácio, o Moço, como patrono. Era desde então o quarto baiano da Academia. Para Floresta de Miranda, "as qualidades que fizeram um baiano ilustre arrombar as portas da Academia, concorrendo com homens ilustres, igualmente, foram a inteligência, a simplicidade e uma esfusiante simpatia" (17). Esqueceu-se por certo de arrolar a obra já divulgada do novo "imortal".

Em 1959, com "A Vida do Barão do Rio Branco", Luiz Viana Filho conclui a trilogia começada há 18 anos e devotada aos três maiores estadistas das últimas décadas do Império e primeiras da República. Este último livro ocupou-o durante "cerca de quatro anos", segundo confessou a Mauritônio Meira(18). Ele constituiu uma "empreitada formidável" observa Alan Manchester, da Duke University (19). Ao ler os originais, Pericles Madureira de Pinho declarou ao biógrafo e amigo: "É o seu melhor livro, longe!" (20). Mais tarde também assim pensarão muitos outros, inclusive Eugênio Gomes (21) e Eduardo Portella. Este último ressalta que na vida do Barão "os acontecimentos estão muito bem dispostos, o idioma do historiador mais em harmonia com os seus compromissos historiográficos, e o documento, sendo a base e o fundamento de toda consideração, em nenhum instante se transforma numa fronteira tiranicamente imposta" (22).

Toda a crítica especializada do país aplaude entusiasticamente o aparecimento do livro. Carlos Lacerda não hesita: "A leitura do Sr. Luiz Viana Filho devia ser obrigatória para homens

16 - A Gazeta, 9 de abril de 1954.

17 - Correio da Manhã, Rio, 20 de abril de 1954.

18 - "Vida Literária", Jornal do Brasil, 4 de outubro de 1959.

19 - in *Book Reviews*, novembro de 1959, ps. 610 e 611.

20 - Carta ao biógrafo, de 22 de dezembro de 1957.

21 - Carta ao biógrafo de 27 de outubro de 1959.

22 - "Finalmente o Barão" in Jornal de Letras, novembro de 1960.

públicos, de vereadores em diante". Logo sugere ao biógrafo escrever a vida do Visconde, pai do Barão (23) Gilberto Freire também pede ao "mestre sem igual nessa difícil arte, com alguma coisa de ciência", a biografia de Teixeira de Freitas (24). E Eugênio Gomes, com a sobriedade e extrema delicadeza que lhe eram peculiares, reclama a biografia de Cotegipe, "que ninguém melhor do que V. será capaz de escrever "comme il faut". Quer dizer, com agudeza psicológica e fria malícia" (25).

"Saímos da leitura desse livro — A Vida do Barão do Rio Branco — com a sensação física de ter conhecido o Barão", confidencia Rubem Braga (26). Do mesmo modo, Raul Fernandes escreve ao autor para dizer-lhe que está "aprendendo a conhecer verdadeiramente o benemérito Barão" (27).

De fato, partindo na maioria das vezes de documentos inéditos, Luiz Viana Filho recriou Juca Paranhos. Além disso, acrescenta Fred Ellison, "o bom biógrafo usa recursos do romancista. Acho que fez assim ao construir seu livro do Barão. Havia sempre uma tensão, uma estrutura dramática empolgando o leitor, levando-o avante" (28).

A trilogia porém não esgotou o biógrafo. Ao contrário, em pleno apogeu de sua carreira política, ele entrega aos editores "A Vida de Machado de Assis", que Josué Montelo apresentou como "o livro definitivo sobre o romancista das Memórias Póstumas".

São 289 páginas de pesquisa e de romance. A "vida escondida" pouco a pouco é revelada, simples e discretamente, como viveu o próprio Machado. Se perduraram ainda sombras ou lacunas, é bem possível que muitas delas tenham sido conscientemente preservadas, para não "ferir aquele recato" de quem "buscou ocultar a sua existência, especialmente as humildes origens e começo de vida cheio de dificuldades, que venceu com bravura singular" (29). Esta delicadeza constitui aliás um traço

23 - "Livros e Idéias", Tribuna da Imprensa, 31 de outubro de 1959

24 - "Um Mestre da arte da biografia", Diário de Notícias, Suplemento de Artes e Letras, Salvador 13 e 14 de 1960.

25 - Carta cit.

26 - O Globo, 6 de janeiro de 1960.

27 - Carta de agradecimentos ao biógrafo, de 6 de outubro de 1959.

28 - Carta ao biógrafo, da Universidade de Illinois em 1.9.1960.

29 - Luis Viana Filho, "Apresentação" que antecede *A Vida de Machado de Assis*

marcante do biógrafo e da personalidade de Luiz Viana Filho. Por isto mesmo e considerando além disso a vida de Machado, sem grandes rasgos e sem grandes surpresas, a obra realizada é magnífica. Não sei se depois deste livro Pericles Madureira de Pinho, Eugênio Gomes e Eduardo Portella ainda guardaram as suas preferências pela vida do Barão. É pouco provável.

E outro livro, publicado em 1975, certamente captou as preferências de muitos: "O Governo Castello Branco".

Este último tanto é um ensaio de história e de ciência política, como a biografia do grande Presidente. Estes três aspectos acham-se absolutamente geminados. Para o autor, o Presidente Castello Branco é a história e a política brasileiras de 1964 a 1967. Esta convicção é forjada no estudo cuidadoso de um vasto acervo documentário que se soma à sua condição de observador e colaborador direto do Presidente. Fatos recentes, personagens que ainda hoje discutem detalhes e interpretações, este livro provoca polêmicas. Esperou-se desde 1973 a sua publicação. Mas esta espera foi compensada. Tive a sorte de ler duas vezes os originais. Para mim é o seu livro mais difícil e talvez o mais bem construído. Impregnado de culto, certo. Porém um culto racionalizado e sem ortodoxias. Em carta de 27 de junho de 1975, José Américo de Almeida escreve de João Pessoa ao biógrafo:

"O perfil está vivo com toda a sua pureza e força criativa. Da mesma forma, os acontecimentos são interpretados com um notável valor histórico e intensidade dramática, fixando os seus sentidos e medindo suas consequências. É um trabalho para ser consultado toda vez que se tiver de versar a substância de um período tão movimentado".

“Há tempos, confessa o Cardeal de Retz, em que a desgraça é uma sorte de fogo que purifica todas as más qualidades e que ilumina todas as boas” (30). Assim o foi de 1937 a 1945, para os políticos liberais de todo o Brasil. A desgraça nesta época tornou-os herdeiros naturais da queda de Getúlio, purificando-lhes ou iluminando-lhes as qualidades.

Convocada a Constituinte, a bancada baiana eleita em 2 de dezembro reuniu nomes dos mais expressivos no Estado. Ei-la: Albérico Fraga, Aliomar Baleeiro, Aloisio de Carvalho, Aloisio de Castro, Altamirando Requião, Carlos Marighela, Clemente Mariani, Dantas Júnior, Eunápio de Queiroz, Frois da Mota, João Mendes, Juracy Magalhães, Lauro de Freitas, Luis Barreto, Luis Lago, Manoel Novais, Negreiros Falcão, Nestor Duarte, Otávio Mangabeira, Pinto Aleixo, Rafael Cincurá, Regis Pacheco, Rui Santos, Teódulo Albuquerque, Vieira de Melo. Luis Viana Filho dela faz parte, sob a legenda da União Democrática Nacional (UDN).

Neste retorno às atividades parlamentares, ele não será mais o neófito de 1935. Com o seu nome entronizado pela biografia de Rui, titular de uma cátedra na Faculdade de Direito da Bahia, os trabalhos da Constituinte lhe reservavam previamente tarefas naturais. Não participou da grande Comissão da Constituição. Mas a sua

30 - *Memoires du Cardinal de Retz*, Paris, Editions Gallimard 1965, tomo I, p. 73.

voz e suas emendas estiveram presentes em muitas etapas da elaboração do novo texto constitucional. José Duarte anotou-as quando se referiu à redação do Preâmbulo e das Disposições Transitórias. Também registrou-as nas discussões em torno da função judicante, do papel das forças armadas e do princípio de justiça social "que deve nortear toda a organização financeira" (31). A Emenda n.º 2.160 que subscreveu com Jorge Amado, deu origem ao artigo 203 da Constituição (32) declarando que "Nenhum imposto gravará diretamente os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas".

Promulgada a Constituição no mês de setembro, a Constituinte foi transformada em Assembleia ordinária. Luis Viana Filho começa a viver então o seu papel de deputado federal do São Francisco. Desde 1872 o seu pai representara na Assembleia provincial as cidades de Barra, Juazeiro, Santa Maria, Xique-Xique e outras da região. O mandato que o filho agora exercia tinha portanto uma motivação hereditária, que o seu cuidado afetivo e dos seus parentes residindo naquela zona souberam conservar em pleitos sucessivos até 1962. Além disso, no deputado Luis Viana Filho sempre transpareceu o orgulho do historiador pela "sua" região. Prefaciando "O Rio de S. Francisco e a Chapada Diamantina" de Teodoro Sampaio, publicado em 1938, já nesta época ele afirmava com entusiasmo a "supremacia do S. Francisco entre os acidentes geográficos do Brasil" e não deixava também esquecer que os seus currais fartos salvaram as minas e permitiram a continuação do ciclo aurífero no país (33).

Todas estas razões fizeram do "francês", como lhe chamavam os adversários, o deputado barranqueiro preocupado com as populações do São Francisco, que "de tão abandonadas, parecem esquecidas da comunhão nacional" (34).

Com o tempo até absorveu ou se deixou contagiar pela postura simples do sertanejo: conversa mansa entrecortada de silêncios (sempre retomada por um "quer dizer"), paletó aberto, andar pesado e oscilando como um pêndulo de relógio. Esta sua simplicidade é sempre igual, mesmo recebendo ou recebido pela rainha da Inglaterra.

31 - *A Constituição Brasileira de 1946*, Rio, Imprensa Nacional 1947, vol. 1, p. 183, vol. 2 p. 294, vol. 3 ps. 304, 377 e 491.

32 - in José Duarte, op. cit. vol. 3 p. 383.

33 - Prefácio, in *O Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina*, Bahia, Editora Cruzeiro 1938, ps. 8 e 11.

34 - Prefácio, op. cit. p. 21.

Nunca foi um demagogo e jamais se habituou às camas de colchão de paina que lhe reservavam, com deferência, nas peregrinações eleitorais. Seu estilo de político é discreto e persistente. Nos momentos oportunos reivindicava aos governos federal e estadual a indicação das "autoridades" dos "seus" municípios assim como a liberação das verbas que patrocinara no rateio orçamentário da União. Tudo isto conforme os hábitos político-partidários do país, mas feito insistentemente com elegância e quase timidez. De fato, procedia como um "autonomista", convencido de que devia participar das regras do jogo para sobreviver, e ao mesmo tempo aceitando estas regras com desprezo manifesto, pois tinha consciência dos seus títulos e das responsabilidades maiores que deviam ocupar um deputado federal.

Estas responsabilidades nunca o intimidaram. "Ouvi alguns dos seus discursos, Sr. Luis Viana Filho, disse-lhe Menotti del Picchia. Louvei o Senhor tê-lo fatalizado à política. Falava o doutrinador expondo, com arte, um pensamento orgânico. Preocupava-o o problema dos nossos partidos... Era ao lado de um brilhante pugilo de seus companheiros, um "político de idéias". E como as expunha com arte, fácil era identificar no político o escritor" (35).

Nas cinco legislaturas sucessivas de que participou desde 1946, muitos são os discursos, projetos, emendas e pareceres que integram a sua bagagem parlamentar.

Entre eles se mesclam as necessidades regionais do São Francisco, com as reivindicações da Bahia e com o mais amplo interesse nacional. Alguns dos seus discursos sobre "A Bahia Espoliada" foram publicados em 1958. E de dois projetos o seu autor não esquece pelas polêmicas e pressões que desencadearam em todo país. O primeiro, importando em modificação do Código Civil, reconhecia aos filhos de autores enquanto vivos e independentemente do tempo decorrido, a proteção dos seus direitos patrimoniais sobre as obras literárias dos seus genitores. Este projeto foi-lhe inspirado pela situação da filha de Taunay, uma anciã de 80 anos que riscava conhecer a miséria.

O segundo projeto se ocupava de vendas a prestações. Naquela época, a falta de pagamento de uma só mensalidade autorizava o vendedor a tomar de volta a mercadoria sem devolver ao comprador as importâncias já amortizadas. Seu projeto regulava a matéria e corrigia esta injustiça. Comentando-o comigo, referiu-se

35 - Discurso, in Luis Viana Filho, *Miguel Osório*, Rio, Organização Simões 1956, ps. 55 e 56.

à riqueza e aos homens ricos. Repetiu-me o trecho do Evangelho de São Lucas em que Jesus declara que "É mais fácil passar o camelo pelo fundo duma agulha do que o rico entrar no reino de Deus". Depois, ainda rememorando a campanha levantada contra o seu projeto, acrescentou lentamente: "O rico argentário é uma alma seca".

Como parlamentar, Luis Viana Filho foi sobretudo um "político de idéias". A cruzada pelo parlamentarismo, liderada por Raul Pila, sempre o empolgou. Para ela filiou-se na bancada do Partido Libertador (PL).

Mas em todas as 5 legislaturas federais de que participou nunca se fez notar como um grande articulador político. Tampouco como líder, promotor de grandes campanhas ou "vedette" para as galerias. Ao contrário, sua presença na Câmara dos Deputados timbrou por um trabalho discreto e atento, a que se somava um trato afável com os seus companheiros e funcionários.

Foi preciso a Revolução de 1964 para revelar o estrategista e o estadista.

Humberto de Alencar Castello Branco convidou-o para chefiar a Casa Civil da Presidência da República. Recusou duas vezes. O Presidente porém insistiu e o convite foi aceito.

Os primeiros meses neste seu primeiro cargo executivo não foram fáceis. Não conhecera antes o Presidente. Além disso, as tensões político-militares que alcançavam todo o país, transpareciam inevitável e inexoravelmente no Palácio do Planalto. E estas dificuldades aumentavam a complexidade do exercício do cargo que devia ser, a um só tempo, assessoria direta do Presidente e motor de uma Secretaria executiva.

A pouco e pouco se revelou entretanto o estrategista, afastando barreiras e consolidando o seu prestígio. Sua vasta cultura e inteligência, seu passado de parlamentar, seu hábito de biógrafo em desvendar os homens, sua capacidade "de distinguir o extraordinário do impossível" tornaram-no o conselheiro civil desejado pelo grande Presidente. Com o General Ernesto Geisel, chefe do Gabinete Militar, e o General Golbery do Couto e Silva, Chefe do Serviço Nacional de Informações, Luis Viana Filho completou gradativamente o tripé de um "kitchen cabinet", tal como o identificado por Harold Laski na presidência Andrew Jackson (36).

36 - The American Presidency, Londres 1952, p. 84.

Por outro lado, homem de uma polidez invulgar de espírito e de comportamento, "causeur" de uma extrema simpatia afetiva, também aos poucos conquistou a confiança pessoal e amizade do saudoso Presidente Castello Branco.

Como Sub-Chefe do Gabinete Civil, a seu convite e desde abril de 64, tive o prazer de acompanhar, dia a dia e muito de perto, o seu perfeito comando do cargo. Mais tarde, assumindo eu a Chefia do Gabinete nos últimos nove meses do Governo, pude ainda melhor avaliar os serviços que ele prestou ao Presidente e à nação.

Na redação dos discursos presidenciais ou na formulação de projetos de Lei ou de Decretos, nos contactos parlamentares ou na coordenação de medidas interministeriais, no Conselho de Segurança Nacional ou supervisão dos serviços auxiliares da Presidência, Luiz Viana Filho impôs-se como um estadista. E tudo isto sem negligenciar o acompanhamento dos processos levados à assinatura presidencial que, em 1965, alcançavam a média diária de 61, afora os submetidos a simples despachos interlocutórios (37).

Ainda como Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil, o Presidente Castello confiou-lhe a chefia da Delegação brasileira na reunião da OEA, em 1965, e designou-o outras vezes para exercer interinamente tanto o Ministério da Justiça como o de Educação e Cultura. Tais e tantas distinções, partindo de quem partiam, dispensam qualquer comentário.

Mas Luiz Viana Filho lera Napoleão e sabia que "em política como na guerra, o momento perdido não volta mais" (38). Assim, em 1966, ele pede exoneração do cargo de Chefe da Casa Civil e candidata-se ao governo da Bahia. Foi candidato único. A Assembléia Legislativa elegeu-o praseirosa, sob os olhares insinuantes do Planalto.

67 anos depois de seu pai, Governador da Bahia de 1896 a 1900, ele era agora o Senhor dos Palácios da Aclamação e Rio Branco. No primeiro recebia ou hospedava as altas autoridades como os Presidentes do Chile e do Uruguai ou a Rainha Elisabeth II. Também aí oferecia banquetes e recepções à sociedade baiana. No Palácio Rio Branco, por sua vez, eram realizados certos atos oficiais e a grande maioria das audiências solicitadas. Não era difícil encontrá-lo com o Gabinete repleto de políticos, uma tática hábil utilizada para inibir os portadores de reivindicações individuais mais

37 - Luiz Navarro de Britto, *O Gabinete Civil - 1965*, Brasília, Departamento de Imprensa Nacional 1966, p. 20.

38 - Napoleon, *Comment faire la Guerre*, Paris, Editions Champ Libre, 1973, p. 31.

delicadas, e que ele já experimentara com sucesso no Planalto ou no Laranjeiras.

Todavia, a administração propriamente dita ele a ditava de Ondina, de um casarão avarandado escondido entre árvores e cheio de silêncio, somente comprometido pela algazarra alegre dos netos do Governador.

Aí ele delineava os seus planos de Governo, discutia-os e despachava com os Secretários de Estado. Os despachos regulares eram semanais. Dir-se-ia que nestes despachos o ex-parlamentar, "homem de idéias", fora absorvido pelo administrador, homem de ação. Claro que os dois não eram incompatíveis. Em casos como o seu, já advertira o Tenente C... Dos Diálogos de André Maurois, não se deve "representar os homens de ação como se avançassem no meio de paisagens já desenhadas, antes porém como se estivessem inclinados no bordo de um abismo sombrio onde se agitam as formas vagas e ainda inconsistentes do futuro, formas que lhes compete esculpir, se realmente eles assim o desejam: (39)

E Luiz Viana Filho queria esculpir uma nova Bahia, onde ele "julgava essencial educarmos para enriquecer em vez de pensar em enriquecer para educar" (40).

Educação e cultura, transportes, industrialização e urbanismo foram seus quatro grandes campos de batalha. Ajustados aos demais setores e atividades da administração estadual, que também não negligenciou, sua ação de governo guardava uma unidade de conjunto, embora carente de um Plano Global formalizado.

Isto se deve ainda uma vez as suas qualidades de estrategista e de estadista. Na administração, sua grande regra foi sempre descentralizar e delegar atribuições, sem abdicar do seu controle e de seu poder decisório. Na política, ele jamais esqueceu aquela máxima que o Cardeal de Retz entendeu tão necessária "aos príncipes, de apenas considerar os pequenos incidentes como vítimas que se deve sempre sacrificar às grandes empresas" (41). E os pequenos incidentes não foram poucos. Não se inova sem eles.

As grandes empresas por sua vez o empolgavam. Em 1969, ele decide incorporar à sua obra de implementação do Centro Industrial de Aratu, a criação de uma indústria petroquímica no recôncavo baiano. As pressões negativas não o esmoreceram. Ao

39 - Dialogues sur le Commandement, Paris, Grasset 1925, ps. 17 e 18.

40 - Plano de Emergência da Secretaria de Educação e Cultura, Bahia, Imprensa Oficial 1967, p. 5.

41 - op. cit. p. 152.

contrário, ao receber o "Projeto para o Desenvolvimento da Indústria Petroquímica" ele não hesitou em denunciar as dificuldades e a "verdadeira batalha" que antevia:

"Meu dever consiste em advertir e condeitar os baianos, e isso pretendo fazer sem vacilação. Bem sei que os interessados não aparecerão para atacar de frente a petroquímica. Mas quantos caminhos não terão para alcançar seus objetivos. Ou não são de ontem, como são de hoje e continuarão a ser de amanhã as lutas travadas pela Petrobrás?"(42).

Do mesmo modo e paralelamente aos seus deveres de Governador de um Estado, a consciência de sua responsabilidade nacional sempre o manteve atento para os acontecimentos políticos de todo o país. Em 1967 e 1968, por exemplo, liderou uma vasta campanha de "Pacificação Nacional" em favor da institucionalização democrática. A conjuntura político-militar não a favoreceu. Mas ainda em princípios de 1971, com igual convicção com que em 1931 reclamara uma Constituinte, Luiz Viana Filho insistia na tese da institucionalização:

Á Revolução de 1964 realizou "obra excepcional seja no setor econômico-financeiro, com o gradativo saneamento da moeda, seja no campo administrativo". Falta-lhe entretanto dar "ao povo brasileiro a institucionalização de um regime democrático, principal razão do movimento deflagrado em 31 de março de 1964"(43).

O seu mandato de Governador termina em 15 de março de 1971. Aí ele começa uma nova fase de ostracismo político somente interrompido com a indicação do General Ernesto Geisel, seu ex-colega de Gabinete no Governo Castello Branco, para candidato da ARENA à Presidência da República. Nesta época, em viagem de recreio pela Europa, os funcionários do Itamaraty o homenageavam e o apontavam como futuro Ministro de Relações Exteriores. No Brasil, a imprensa e opinião pública também esperavam que integrasse o Ministério Geisel, ora sugerindo a sua escolha para a

42 - in Última Hora, Rio de Janeiro 22 de setembro de 1969

43 - in Dirceu Brizola, "Luiz Viana Filho - retrato de um liberal realista", Rio de Janeiro, Opinião de 9 de novembro de 1973, p. 3.

pasta da Justiça e outras vezes para a de Educação. Porém o convite esperado não foi feito.

Sem abdicar da condição de observador atento da vida política do país, Luiz Viana Filho exerce sua cadeira de História na Faculdade de Filosofia e ocupa-se, sobretudo, com a revisão de seu livro sobre "O Governo Castello Branco".

O seu Gabinete e suas mesas de trabalho, na rua Waldemar Falcão, em Brotas, continuam sempre pouco arrumadas. Os livros raros sobre História do Brasil mesclam-se, nas inúmeras estantes, com as edições plebéias de obras de todo o gênero. Retratos de família confundem-se com os de Chefes de Estado que o visitaram como Governador ou com os de velhos amigos como Simões Filho, Pedro Lago, Manoel Bandeira, Hermes Lima e Aliomar Baleeiro. As fotografias dos Presidentes Castello Branco e Kennedy se destacam bem assim os indícios dos seus cultos a Rui e Napoleão: fotos, bustos, medalhas e bibliografias escolhidas (ele jamais deixou de visitar o grande túmulo dos Inválidos nas suas inúmeras viagens a Paris). Nada denuncia, em seu Gabinete, o amante incondicional das corridas de cavalo ou as muitas condecorações nacionais e estrangeiras que completam o seu currículo. Sua coleção de gravuras antigas da Bahia acha-se derramada em outras salas..

Mas, completando este cenário de trabalho, que reduz com nitidez a alma do seu artista, a máquina de escrever está sempre aberta e, sobre o sofá, também muitas vezes se encontra aberto um livro de aprendizagem de inglês. Estes dois últimos detalhes revelam o intelectual incansável, em busca permanente de novos conhecimentos e o homem inquieto à procura de novas respostas.

A campanha em que disputou a sua eleição para o Senado em novembro de 1974 confirma esta pertinácia e capacidade de renovação.

Arrostando inclusive o antagonismo declarado de alguns dos líderes mais expressivos do seu partido (ARENA) e a diátribe grosseira do seu opositor, ainda assim, Luiz Viana Filho logrou uma vitória soberba em 15 de novembro. Usou de dois instrumentos na televisão: sua folha de serviços prestados e a discussão crítica responsável dos problemas do país e da Bahia. Neste pleito, foi o único Senador eleito pelo partido do Governo nos grandes Estados da Federação; e o mais importante, saiu-se vitorioso até em Salvador, onde as elites urbanizadas votam tradicionalmente com a oposição.

No Senado da República, a partir de 1975, Luiz Viana Filho retoma os velhos temas que apaixonaram toda a sua vida política:

liberdades democráticas, educação, distâncias regionais. Reclama a “reconstitucionalização do país” como o fizera em 1931 na Revista de Cultura Jurídica. Adverte incessantemente sobre a situação educativa do país, com a mesma obstinação do deputado em 1935, na Comissão de Educação e Cultura. Denuncia no Senado como tantas vezes fizera na Câmara dos Deputados, o quadro grotesco do Nordeste: “quando aqui desvendo ao Brasil uma realidade, não o faço apenas em nome do sofrimento dos nossos conterrâneos do Nordeste, faço-o principalmente em nome da solidariedade e da unidade nacional, pois não tenho dúvida — repito — de que a riqueza e a miséria, a educação e a ignorância, a saúde e a doença, o bem-estar e a desgraça, não poderão viver indefinidamente juntas” (44)

Velhos temas, sim. Também velhas crenças e velhas lutas. Mas, em Luiz Viana Filho, igualmente a determinação do homem de acompanhar o seu tempo e até de precedê-lo.

44 – *Em Favor do Nordeste*, Brasília, Senado Federal 1975, p. 36.

As Idéias do Século

Premida pelas circunstâncias, a Sabinada não pôde manter íntegra a orientação doutrinária que a inspirara. Se os que a tramaram lhe haviam traçado uma ideologia, os acontecimentos se incumbiram de obrigá-la a mudar de rota. Os fatos haviam sido mais fortes do que o sonho republicano. A revolução para não sucumbir nos embates de uma luta íntima, intra-muros, tivera que aceitar a involução. A república e a independência já agora condicionavam-se a um prazo certo. Só existiriam enquanto Pedro II não atingisse a maioridade.

Esse retrocesso deu lugar a que muitos despojassem a revolução baiana do seu caráter republicano e emancipador, reduzindo-se apenas a um grande motim contra a Regência. Para julgarmos, no entretanto, das idéias da Sabinada, não nos devemos prender demais a esse recuo, talvez simples expediente político para se fortalecer nas primeiras horas incertas do movimento.

As revoluções fracassadas não se identificam pelas suas transigências. Marcam-se pelas idéias, que lhe deram impulso, agremiaram homens, agitaram os espíritos e as deflagraram. Não se podem libertar do conflito entre os homens e os acontecimentos. Por isso, uma vez lançadas na vida real, saídas do círculo dos conspiradores para o ambiente largo das multidões, são obrigadas a adaptar-se, transigir, multilar-se, ganhando em vigor, em força, o

que perdesse em pureza doutrinária, em limpidez ideológica. Mesmo para vencerem são levadas a poupar o sentimento conservador da maioria, respeitando as susceptibilidades do meio. Foi, por certo, esse imperativo que fez com que o arrojo dos revolucionários fosse substituído pela prudência da massa que eles queriam dominar. A Sabinada, ao transformar-se numa realidade, não pôde permanecer o que era no debate teórico dos conjurados. A idéia em marcha, para não parar, precisou adquirir novas formas. Isso, porém, não impediria que com o tempo retornasse ao ponto de que se afastara. Contornava-se, talvez, um obstáculo sem perder o objetivo visado. Era como o rio, cujas voltas, aumentando-lhe o volume das águas e assegurando-lhe a própria existência, não o desviam do desagudouro...

Disso uma prova flagrante é o decreto do governo rebelde, de 19 de janeiro de 1838, que criou o ministério revolucionário. Nele não se faz referência à ata de retificação e sim à de 7 de novembro, que proclamara a república e a separação. Dizia o decreto: "Sendo incompatível com os princípios políticos, venturosamente proclamados no Dia Glorioso Sete de Novembro do ano passado, a forma de governo, que até aqui tem regido este Estado, o qual, constituído, como se acha na Ata em Sessão da Câmara Municipal do referido dia em Nação Livre e Soberana, não pode ser administrada pelas antigas fórmulas Provincianas" A retificação fora depressa esquecida.

Para se avaliar dos ideais da Sabinada, é necessário estudar a sua etiologia, o pensamento dos homens que a realizaram, o julgamento dos seus contemporâneos.

A revolução, como vimos, filiou-se indiretamente à rebelião dos Farrapos. Foi Bento Gonçalves o animador inicial do movimento quando preso na Bahia. O próprio Chefe de Polícia, quando escreveu ao Presidente Paraízo, comunicando-lhe suspeitar da rebelião, o fez nestes termos: "fui avisado por um amigo e pessoa de probidade, de que existia um plano de revolta, até mesmo de separação, e que tal plano foi fomentado por muitos indivíduos, cujos nomes me foram revelados e talvez deixados por Bento Gonçalves e manejado hoje por quem lhe deu a fuga." Queria Bento Gonçalves, articular com a república de Piratini uma revolta baiana. E para isto mostrou "que convinha que a Bahia fizesse o mesmo que tinha feito o Rio Grande". "Esta idéia agradou e se foi

estendendo por todos os que adotavam as idéias liberais." Aí um dos primeiros passos da Sabinada. O terreno em que se iniciou era lididamente republicano. A idéia vinha tangida pelos ventos do sul, onde se proclamara a República e por ela se lutaria durante dez anos. Não podia haver mais pura inspiração republicana para os revolucionários baianos. E esta eles jamais a abandonaram. O próprio Governo legal nunca deixou de apontar à nação. Ainda às vésperas da revolução, quando a atmosfera se carregara de tal modo, que o Governo julgava necessário tranquilizar a população da Bahia, o Presidente Souza Paraizo, na sua proclamação, não se esqueceu de mencionar o exemplo gaúcho: "Posto que não se possa duvidar da existência nesta Província de um partido desorganizador, que simpatizando com os sentimentos dos que têm infelizmente sujeitado as Províncias do Pará e Rio Grande do Sul..."

Também o Vice-Presidente revolucionário, Carneiro, no dia da Revolução, parece querer salientar os laços existentes entre revolucionários baianos e gaúchos, e diz no seu manifesto: "O Rio Grande declara-se independente; mas o Governo dos Calmon e dos Vasconcellos tudo intriga, tira as tropas das Províncias, prepara e arma portugueses para suplantar os Riograndenses".

A frase parece senão a de um aliado, pelo menos a de um simpatizante que se atira à luta em defesa do outro.

Sente-se claramente que os alicerces da Sabinada foram batidos sobre o exemplo dos "Farrapos". Se lá proclamara a República e a Independência, outro pensamento não podia congregar os conjurados baianos.

O objetivo era idêntico: realizar na Bahia o que estava incendiando os pampas.

Em novembro, quando irrompeu o movimento, a palavra de Bento Gonçalves não devia estar esquecida. Era muito recente a sua ausência na Bahia, donde se retirara havia menos de dois meses, depois de pregar num ambiente para o qual não era nova a idéia republicana, desde os fins do século XVIII tinha penetrado na Província, sem que a deixasse depois, apesar dos revezes sofridos no curso dos acontecimentos. O General rebelde apenas reavivara um velho sentimento, que o mau destino reduzira a um estado de vida latente, e ao qual se abriam novas perspectivas com as lutas

do Rio Grande. Foi esse sentimento que organizou a revolta da Sabinada que "no fundo tinha índole semelhante à de Piratini".

Na preparação do movimento se aparece um objetivo permanente, um ideal invariável, este era o dia da separação, que equivalia à República ainda se não desenvolvera no país o sentimento de unidade, que embora já existindo com a Independência e a criação do Exército Nacional, só se consolidaria com a guerra do Paraguai. Não fora por isso difícil que, favorecida por causas econômicas, a idéia separatista ganhasse terreno. Desde Agosto o Presidente Prisco Paraizo já notara que num ponto eram acordes os boatos sobre um movimento revolucionário: "quanto a separação da Província". E já as vésperas da revolução Gonçalves Martins participava a Paraizo "a existência de um plano, no qual entravam Sabino, Carneiro, e outros dos que figuraram depois tendo por fim separar a Bahia da união das outras Províncias de Império". Mas, se diretamente a revolução se filiava ao Rio Grande, exemplo mais próximo e mais sentido, a sua base doutrinária ainda estava na França de Rousseau, de Voltaire, de Achilles Murat. As vistas voltadas para o sul, lembravam-se da Convenção. A "República de Piratini" dava mais perspectiva de que idéias. Estas os baianos iam buscar na Europa enquanto os "farrapos" lhes davam a consciência da possibilidade, em terras do Brasil, dum movimento forte em torno da idéia republicana.

Basta ver os nomes que idealizaram a revolução baiana, para saber-se das suas velhas tendências de rebelião. Daniel Gomes de Freitas, José Joaquim Leite, Alexandre do Carmo Sucupira, Sergio José Velloso, são todos eles homens afeitos a revoluções. Não estrearam na Sabinada. Vinham de movimentos anteriores, onde se haviam exposto em defesa das suas idéias.

Nenhum, porém, com a fé de ofício de Sabino. E Sabino era Republicano, "republicano ardente" chamou-o Austraciliano de Carvalho. Familiarizado com a leitura das Enciclopédias, dos doutrinadores democráticos e republicanos, apaixonara-se pelo sistema, que já era o de toda a América, exceto o Brasil.

Assim, pela cultura, ele era um "francês", pelo mimetismo era um "americano". E ambos o que lhe ditavam era a República.

Sobre Sabino temos ainda testemunhos valiosos, colhidos de Sacramento Blake. São os de dois colegas seus da Faculdade de

Medicina, o Cons. Vicente Ferreira Magalhães e o Dr. Aranha Dantas, que o censuravam "por republicano". Mais expressiva, porém, é a sua afirmação feita a Gonçalves Martins, na ocasião em que se avistaram, na véspera do movimento: "um dia a Bahia seria independente". E que era emancipação senão a república?

O ideal republicano desponta em todos os documentos deixados pelos inconfidentes. Ao júri que os sentenciou, na Bahia o Promotor Público apresentou um "Plano de Revolução", que é um depoimento eloquente sobre as inclinações doutrinárias dos réus da "Sabinada". Nele se vê a associação dos dois pólos que atraíam os espíritos irrequietos dos revolucionários: a cultura européia e o exemplo americano. Aquela transplantada para o novo continente e vingando em toda América Espanhola; este despertando as imaginações brasileiras, revoltadas com a solidão do Império no Novo Mundo.

Um pequeno trecho do "Plano" servirá para patentear a união dos dois nomes políticos, em torno dos quais volteavam as inteligências que urdiram o movimento de 37. É dele esta descrição do panorama brasileiro, posto em confronto com a Europa e a América: "O mesmo republicano Murat, talvez aprendendo de Thomaz Penn, crê e afirma que a Europa será republicana nestes cinquenta anos. De certo, com a marcha que teve o Brasil, esse gigante, que para assim dizer podia ser a cabeça da América, nem nestes outros 337 anos pode lá chegar". E continua: "Não só nos diz o já citado republicano Murat — nós somos, os americanos, como uma bola rolando com um movimento acelerado sobre um plano inclinado; e que não pode parar senão em seu fim".

Ressalta aí a idéia nuclear da revolução: lançar o Brasil no plano inclinado republicano, que aos conspiradores se afigurava fatalidade histórica impossível de evitar e cujo retardamento tirava ao país a condição que devia ter de "cabeça da América". Queriam por isso realizar a República na Bahia, antecedendo a profecia de Murat para a Europa e acompanhando a marcha da América, toda ela republicana. O Trono era visto como monarquista e significava estar fora das idéias do século, atrasado, fiel a um regime já desprezado e atacado pelos escritores políticos mais em voga. Viam o Império como uma humilhação imposta à nação, que se não podia ombrear com as antigas colônias Espanholas, já integradas no sistema novo, liberal, e que se abria a todas as esperanças de liberdade e igualdade. Mordia-os o velho ciúme entre brasileiros e platinos. Retardaram-nos na estrada do progresso. Ficaram

aferrados às instituições monárquicas, enquanto o Prata realizara a independência com a república. Faltava-lhe a distância para verem que, colocando o Império entre a Colônia e a República, evitamos o caudilhismo, e, mais do que isso, a separação.

A salvação estava no barrete frígio. Com ele realizaríamos um grande ideal — termos instituições iguais às do Prata e às dos livros da Europa.

Além disso, o recuo apontado pelos que negam à “Sabinada” o seu ideal republicano deve ser compreendido dentro do tempo e do meio em que se realizou.

Não era a primeira vez que, no Brasil, as revoluções mesmo as republicanas — apelavam para esse subterfúgio da menoridade, atirando-se de frente contra a regência impopularizada e ressaltando o Jovem-Imperador ainda cercado pela simpatia da sua infância. Ao sentimentalismo brasileiro, “homem cordial” que sempre fomos, não despertava entusiasmo bater-se contra os direitos dum órfão de pai e mãe, ainda impúbere e que brincava nos jardins de S. Cristóvão. As baterias populares assentavam-se contra a Regência. Que culpa tinha a criança, que representava a dinastia, dos erros, dos males que infelicitavam o país? Nas camadas populares não poderia associar o mal-estar às instituições. O descontentamento voltava-se contra os homens e não contra o regime.

Aí, talvez um dos motivos que concorreram para obrigar os republicanos da “Sabinada” a transigirem em meio à revolta com os que pleiteavam a salvaguarda do Trono e do Imperador. Mais do que isso, porém, estes encontravam uma receptividade favorável, por parte dos dirigentes do movimento, que não podiam ignorar as cláusulas idênticas nas rebeliões do Pará e do Rio Grande. Naquela também se aclamara um Presidente, que governaria “enquanto Pedro II fosse menor”. Nesta o primeiro manifesto de Bento Gonçalves, de 20 de Setembro de 1835, prometia sustentar “o trono do nosso jovem monarca...” e respeitar “o juramento que prestamos ao nosso código sagrado, ao trono constitucional”... E nem por isso deixara de existir a República de Piratini.

Natural, portanto, que aos idealistas da “Sabinada” não repugnasse a sugestão de se retificar a ata de 7 de Novembro, deixando expresso que a República subsistiria somente até à maioria. Com isso a rebelião ganhava novo alento, reunia em torno de si um número muito maior de adeptos e respeitava o

sentimentalismo nacional. Tudo isso sem se afastar do modelo escolhido — o Rio Grande. A transação não faria desaparecer a corrente republicana, que havia deflagrado o movimento, e que, se não pudera conter dentro dos seus limites ideológicos, continuava na direção da rebelião.

Tanto assim que o Governo Central não deu nenhum crédito, nenhum valor ao regresso doutrinário.

O próprio Arcebispo, D. Romualdo Antonio Seixas, pregando em Santo Amaro, exclamava aos fiéis, referindo-se aos habitantes da capital: "Assim os pudéssemos abraçar e vê-los reunidos sob os gloriosos estandartes da Religião e do Trono..." Do Trono que se haviam afastado para proclamar a República. E um jornal oficioso, "O Legalista", que se editou em Cachoeira, durante todo o período da rebelião, perguntava: "Ainda haverá homem tão simplório que desconheça em as revoltas que vêm aparecendo já no Pará, já em S. Pedro do Sul, já na Bahia, a mão dum partido de conjurados, dispostos a reduzir o Brasil, a míseros estados republicanos?" É a mesma tecla da República, sempre repetida pelos contemporâneos da "Sabinada".

Junqueira Freire, que escrevia ainda sob uma viva influência da tradição oral, falando da Sabinada, pôs estes versos na boca dum personagem:

"Agora decida-se a sorte da guerra,
Ou morte ou República, ou servo ou senhor.

Também os versos populares, que corriam pelo Recôncavo, assinalavam o caráter republicano da insurreição:

"São Republicanos
Vossos benefícios.
Devorar dinheiros.
Devorar patrícios".

Em verdade, que poderia significar a independência e a república, proclamadas para vigorarem até à maioridade, senão um subterfúgio para se conseguir a república definitiva? Acentuou Damasceno Vieira que "A Separação por tempo indeterminado importaria em república; porém de tal não cogitaram os sediciosos

de 1837: inventaram uma separação extravagante, a findar quando D. Pedro completasse 18 anos de idade”.

São idéias que se repelem: a instituição de um regime com prazo determinado. No prazo, no evento futuro, se poderia ter o caminho para tornar ao velho sistema, se falhasse a experiência republicana, não uma condição a cumprir se a tentativa desse resultados satisfatórios, conquistando as simpatias da população. É absurdo admitir-se que a República poderia ser implantada na Bahia, organizar-se, viver durante seis anos, até 43, quando se devia realizar a maioria, e depois extinguir-se.

Que os acontecimentos e a pequena repercussão da idéia da República, tanto na capital como no recôncavo, obrigassem os responsáveis pela sedição a buscarem nessa fórmula extravagante, o meio de se prepararem para um golpe definitivo, é bem mais provável do que a renúncia ao ideal que os havia reunido, animado, inflamado, até ao ponto de se atirarem aos perigos duma aventura revolucionária.

Seria demais exigir-se que na sua própria certidão de batismo republicano, a Sabinada deixasse inscrever o seu atestado de óbito, por não terem os que a fizeram a habilidade suficiente para se desviarem dum dissídio que lhes seria fatal.

Precipitando o movimento, realizado antecipadamente, os conspiradores não tinham tido o tempo preciso para que os descontentamentos gerais fossem levados insensivelmente, por um trabalho paciente de catequese e de propaganda, a se agruparem em torno da doutrina republicana. A “Sabinada” — com o seu objetivo — não havia chegado a esse estágio fixado por Mitre para que sejam possíveis os movimentos, e em que “as idéias, os sentimentos, as predisposições morais e intelectuais do homem se convertem em consciência individual da grande massa”.

O preparo, que deveria ter antecedido a rebelião, teria de ser realizado dentro da própria tormenta revolucionária. Com esse objetivo publicaram os revolucionários um jornal, o “Novo Sete de Novembro” que foi distribuído gratuitamente pela cidade sitiada “para que em um tempo em que as idéias populares se fermentam, as boas doutrinas se difundam e cruzem em todas as inteligências”. A revolução, pela propaganda, procurava atrair as simpatias da população para o ideal republicano.

Também o “Novo Diário da Bahia” continuava a prédica republicana. Ao mesmo tempo que se preocupava com a sorte das

armas e a revolução trabalhava na propaganda republicana, para conquistar no povo o apoio que ainda lhe faltava para a vitória desse novo sistema político. No seu número de 1º de Janeiro de 38 escrevia o jornal de Sabino: "O mísero Governo do Rio de Janeiro débil e enfraquecido de recuperar esta importante província; e de manter a integridade do Império"... No seu sonho republicano os revolucionários baianos, infelizmente, buscavam quebrar a unidade do Império. Mas, continuava o artigo: "Supomos que tendesse a torná-la Soberana, Independente e Republicana, sem estar bem cônica de que os seus recursos por si sós eram muito suficientes para dar-lhe uma vida e fisionomia característica de um Estado verdadeiramente Livre. Um dos grandes motivos certamente da nossa Revolução de 7 de Novembro foi a convicção em que se acham todos os Baianos, de julgarem que a nossa Província tem aquele grau de civilização, riqueza, recursos de todo o gênero para elevar-se a categoria das Nações do Mundo. Sim a Bahia não é alguma destas Províncias miseráveis e mesquinhas, como Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraíba etc. que mal podem com as suas rendas fazer face às suas necessidades públicas respectivas". A imprensa, para conquistar, derramava-se e perdia a medida. Na sua azafama de convencerem, os jornalistas da revolução usavam duma linguagem virulenta e muitas vezes inverídica. Na derrota viam o restabelecimento do "sistema colonial". E, se apreciavam a revolução gaúcha, já ao auge o seu entusiasmo: "Cabe aos nossos irmãos do Rio Grande do Sul a estimável glória de ter aberto a porta aos grandes destinos do Brasil, de ter inflamado a primeira centelha da revolução, de ter em suma feito troar no nosso continente o grito precursor da Liberdade e Independência". Com isso se procurava educar o povo, orientando-o para a República. Reunir forças para evitar o malogro da idéia nova que já encontrava oposição de vulto, era certamente, o objetivo interno dos republicanos. E para isso o essencial era ganhar tempo, fortalecer a insurreição. Era, no momento, impossível opôr-se à ratificação da ata que proclamara a Bahia "Estado Livre e independente", não admitindo a transigência com os que declaravam resalvar os direitos do Imperador, quando atingisse a maioria.

A revolução de 37, queria ir mais além, longe daquelas que a haviam antecedido, na Bahia, em 32 e 33. Enquanto nestas a idéia central era a federação, naquela se omitiu inteiramente o pensamento federativo. Era que o mal êxito dos dois movimentos

anteriores devia ter dispostos os rebeldes baianos a não mais tentarem o meio termo da federação — queriam o máximo, a independência da república. Daí o silêncio absoluto em torno à federação. Em todos os atos da revolução de 37 não se encontra uma palavra de referência ao antigo ideal de muitos de seus pró-homens. O fato não pode ser levado à conta duma omissão involuntária, quando a maioria dos dirigentes do movimento vinha de revoluções federalistas, em cujas proclamações e programas tanto se repetia, até em minúcias, a adoção do sistema federativo. O silêncio de 37 representa o abandono, a desilusão do pensamento por que já se haviam batido. Repudiavam-no por incompatível com a independência e a república que desejavam fundar na Bahia. A República conseguira sobrepor-se à Federação. Por ela se iam bater bravamente os revolucionários de 1837: “com uma resistência sem igual”. Na frase do general que os venceu.

Os Biógrafos e a Biografia ^(*)

Na biografia, como na historia, muitos fatores concorrem para a precariedade e falibilidade dos julgamentos e das observações na pesquisa da verdade em torno duma vida. Se os indivíduos mudam e são contraditórios, os biógrafos, diferentes entre si como são todos os homens — jamais conseguirão ver e julgar de maneira igual determinado fato. Incapaz de sair de dentro de si próprio, incapaz de se despojar do seu “eu”, cada biógrafo o apreenderá através do seu temperamento, e este, afinal, acabará por se refletir sobre o seu trabalho. Ainda mais: em consequência dessas diferenças, que separam um biógrafo de outro, aquilo que um terá como essencial, outro talvez julgue supérfluo, ou secundário. Daí as divergências, as discordâncias, discussões. Poderemos pender para este ou aquele lado, julgar melhor esta ou aquela interpretação, preferir esta ou aquela biografia. Mas, ser-nos-á dado afirmar, com segurança, que a verdade esta aqui e não ali?

Para fixar as maneiras diferentes por que o mesmo acontecimento pode ser visto por duas pessoas, Anatole France lembra o episódio evocado por Louis Bourdeau sobre sucedido a Walter Raleigh, que, preso na Torre de Londres, se ocupava em escrever

(x) A Verdade na Biografia — São Paulo, Editora Civilização Brasileira S/A, 1945, ps. 63 a 82.

a segunda parte da sua "História do mundo". Interrompido, certo dia pelo barulho duma querela, que se iniciava sob as janelas da prisão, Raleigh acompanhou com o olhar atento os incidentes da briga e acreditou tê-la fixado perfeitamente. No dia seguinte, tendo conversado sobre o ocorrido com um dos seus amigos, também têtemunha do fato, e que nele havia até tomado parte ativa, foi por ele contestado em todos os pontos. Refletindo então sobre a dificuldade de conhecer a verdade sobre os acontecimentos remotos quando se pudera enganar sobre o que ocorria sobre suas vistas, lançou ao fogo o manuscrito da sua história (61).

Não aconselhamos aos historiadores que queimem as suas histórias, nem aos biógrafos que atirem ao fogo as suas biografias. Até porque, no episódio, se há verdade, há também exagero. Desejamos apenas mostrar quanto terá de ser relativa a verdade contida em qualquer biografia, que represente tentativa de interpretação e compreensão duma vida, pois será bem pouco provável conseguirem dois autores percorrer sempre o mesmo caminho e chegar a conclusões idênticas.

Nem é outra, aliás, a causa, pela qual vemos o mesmo homem ser julgado de modos inteiramente diversos por autores perfeitamente honestos de encontrarem a verdade. Quem se poderia esquecer, no assunto, de Maquiavel, que surgiria a um dos seus biógrafos, possivelmente atormentado ante a incógnita, a afirmação de não haver "um grande assunto sobre o qual o acôrdo tenha sido possível"? (62) Não nos mostra Scherer como Ranke, Gervinus, Macaulay e Frank jamais se puderam conciliar em torno da personalidade do autor do "Príncipe"? (63) Aliás, é o mesmo Scherer quem, falando de Sainte-Beuve, recorda que "ele sentia que todo julgamento é necessariamente parcial e provisório, e que o único meio de tornar menos imperfeito é retificá-lo, completá-lo, e, para isso, a ele voltar, uma vez, duas vezes, ininterruptamente" (64). Mas, por mais que o biógrafo volte sobre os seus próprios passos e retome a figura do biografado, estudando-a e analisando-a nessa ânsia de se aproximar o mais possível dum ideal de verdade e de perfeição, jamais alcançará deixar de vê-la despido do seu temperamento, da sua maneira de encarar as cousas e os homens. Disso,

61 - A. France, *Oeuvres Complètes*, VI, p. 440.

62 - Gautier de Vignal, *Maquiavel*, p. 7.

63 - Scherer, *obr. cit.* VI, p. 99.

64 - Scherer, *obr. cit.* IV, p. 110.

exemplo típico é o de Metternich, em torno de cuja personalidade se desavêm escritores franceses, austríacos e alemães, todos eles possivelmente honestos, mas involuntariamente dominados pelo meio, que lhes formou a mentalidade.

Como escrevemos de certa feita, os biógrafos são vidros de graus diferentes. Graus representados pela maneira de sentir e compreender de cada qual, e que se reflete em qualquer trabalho histórico, pois ninguém pode fugir a essa contingência. Por isso, Voltaire, a propósito das críticas de Nordberg, ex-capelão do rei, a "Histoire de Charles XII", escrevia Schulenburg: "Tenho medo, na verdade, que o capelão tenha algumas vezes visto as cousas com olhos diferentes daqueles dos ministros, que me forneceram os meus materiais"(65).

E é justamente pelo fator de ver "com os olhos diferentes" que cada biógrafo, se confrontando com qualquer outro, transmite imagens distintas. Do mesmo modo que máquinas fotográficas munidas de lente de refração diversa produzirão da mesma imagem fotografias desiguais. Realmente, em última análise, quando lemos uma biografia não fazemos mais do que ver a vida duma personalidade através dum biógrafo, e com todas as deformações, coloridos, restrições, e omissões daí decorrentes. E isso embora o biógrafo busque interferir o menos possível e se esforce, sinceramente, para não alterar a imagem do biografado, tal como tenha existido.

De qualquer forma, porém, o autor estará sempre presente, e a biografia sofrerá dele o reflexo do seu temperamento. Littré, falando do perfil de Plutarco feito por Amyot, lembra esta opinião de Sacy: "Amyot não tomou a fisionomia de Plutarco: deu-lhe a sua" (66). E, com intensidade maior, ou menor, é o que acontece em todas as biografias. Poderemos, no entanto, dizer que o perfil de Plutarco esboçado por Amyot é menos verdadeiro do que o traçado por Langhorne ou Ricard? De que elementos disporíamos para afirmá-lo?

Realmente, essa diversidade nos modos de considerar e ver uma individualidade constitui contingência inseparável da biografia. Umam poderão aproximar-s entre si e ter pontos de semelhança; outros diferirão inteiramente. E todas poderão ser honestas e representar trabalho de pesquisa e de investigação. Lemaitre, exter-

65 - Voltaire, obr. cit. p. 6.

66 - Littré, Litterature et Histoire, p. 59.

nando-se sobre divergências profundas em torno de Napoleão, não se eximiria de escrever: "Isso prova apenas que há duas maneiras de se representar a pessoa e a obra de Napoleão. E há uma terceira, mitigada e temperada: a de Thiers. Há uma quarta. Há outras. Há mesmo a do velho Dupin, esse "chevreuil" dos vaudevillistas, a quem se perguntava se vira o imperador: "Sim, respondia, eu o vi. Era gordo, de aspecto comum". Nada mais. "E todas essas maneiras são boas", conclui Lemaître (67). Porventura, seria aquele Dupin para quem o Imperador não passava dum homem gordo e de aspecto comum, menos sincero do que Heine, cuja imaginação ficaria até a velhice impressionada pela figura de Napoleão, que vira na infância? Poder-se-ia mesmo dizer que qualquer deles fosse mais verdadeiro do que o outro, ou teremos de reconhecer que, apenas, graças a uma divergência de temperamentos, cada qual vira "com olhos diferentes"?

Isso não significa a inexistência da verdade ou que não a devamos procurar infatigavelmente. Até porque, aproximar-se dela o mais possível é a primeira tarefa do biógrafo. Revela, porém, que além de não possuímos um ponto de referência capaz de nos proporcionar a certeza de a haveremos encontrado, ela ficará sempre sujeita à interpretação e às mutilações decorrentes da tendência do biógrafo. Pierron diz de Tácito que "em toda parte, e sempre, ele acredita no mal: é sua regra"(68).

Macaulay afirma não haver retrato que seja igual ao original. É o que também sucede nas biografias. Mas, ele próprio, ante essa intangibilidade da perfeição, nos aconselha: "Assim como não há retrato que nos possa oferecer a verdade em toda a extensão da palavra, também não há história que esteja nesse caso; mas sempre serão os melhores retratos e as melhores narrativas aquelas nas quais certas partes da verdade se nos apresentem de tal modo que produzam da melhor maneira o efeito do conjunto"(69). Cabe, porém, acrescentar que assim como um retrato nunca será perfeitamente igual ao original, oferecendo-nos a verdade em toda a extensão da palavra, também jamais dois retratos, ou duas biografias, por autores diferentes, serão iguais entre si. Ambos, no entanto, poderão ser honestos, pois o que ressaí dessa variedade e diversidade, que existem até entre biógrafos igualmente informados

67 - Lemaître, obr. cit. IV, p. 185.

68 - Pierron, Histoire de la Littérature Romaine, p. 598.

69 - Macaulay, Vida de políticos ingleses, p. 348.

e escrupulosos, é justamente a impossibilidade de vermos qualquer fato, e reproduzi-lo, senão através das nossas idéias e dos nossos sentimentos.

Realmente, sendo impossível reproduzir-se integralmente a vida de um homem, enquanto um biógrafo dará maior relevo a este ou aquele aspecto, outro acentuará passagens diferentes embora ambos conheçam perfeitamente o assunto e tenham a convicção e a preocupação de se subordinarem à verdade. E como poderia deixar de ser assim se em cada biografia se terá de refletir, com maior ou menor intensidade, o próprio temperamento do autor?

Aliás, nesse estudo da variação dos nossos julgamentos sobre a mesma individualidade, é necessário observar-se a influência exercida pelo tempo. Não só pelos novos elementos, que, por vezes, nos proporciona, senão também pela ação que exerce em nossa maneira de considerar a vida de qualquer homem. De fato, três fatores, principalmente, concorrem para modificar, através do tempo, o juízo sobre determinada personalidade: a) aparecimento de novos documentos; b) ampliação da perspectiva; c) alteração dos nossos critérios de julgamento.

Portanto, excetuado o primeiro caso, no qual a imagem do biógrafo, tal como emerge dos documentos, sofre substancial modificação devido ao concurso de novas informações, nos demais varia, apenas, a nossa visão ou nosso critério.

A primeira hipótese é a mais frequente. Bastará lembrar o caso de Mazarin e do cardeal de Retz. Sobre aquele, durante mais de século, até os trabalhos de Mignet e Bazin, pesaria "o retrato, tão alegre, tão vivo, tão prazenteiro", que dele deixara, nas suas célebres "Memórias", o cardeal de Retz (70). Mas, se o tempo foi benéfico para Mazarin, propiciando-nos melhores documentos a seu respeito, justamente o contrário sucederia com o cardeal de Retz, que, julgado com indulgência pelos contemporâneos, passaria à posteridade, graças às próprias confissões como um eclesiástico escandaloso.

Assim, ora um sentido, ora noutra, o tempo, que Voltaire tinha como "o pai da história", dá nova forma às nossas opiniões. Nem sempre, no entanto, por nos fornecer novos conhecimentos, mas somente pela amplificação da perspectiva. O próprio Voltaire, referindo-se à incapacidade dos contemporâneos para compreen-

70 - Sainte-Beuve, *Quelques figures de l'histoire*, p. 86.

derem os acontecimentos do seu tempo, dizia que “eles olham a corte onde viveram como a mais bela que jamais; o rei a que serviram como o maior monarca; os negócios em que se envolveram como os mais importantes que já existiram no mundo”. E acrescentava: “Imaginam que a posteridade verá tudo isso com os mesmos olhos”. Não. Dificilmente a posteridade verá um fato, ou um homem, com “os mesmos olhos” dos contemporâneos. Na melhor hipótese, a maior distância, alargando o horizonte, far-nos-á compreender com mais segurança a influência exercida pela ação de qualquer indivíduo.

Carlyle, tratando do assunto, recorda “quantos Demagogos, Cresus e Conquistadores encham a sua época de alegria ou de terror, de um tumulto que poderíamos acreditar eterno, mas que na época seguinte desaparecem na insignificância e no esquecimento”. Bem mais flagrante, porém, quanto à impossibilidade de se avaliar com exatidão os acontecimentos presenciados, é o exemplo de Tácito, “o homem mais sábio e penetrante de sua geração”, e que, ao se referir, nos Anais (XV,44), ao movimento cristão e ao seu fundador, fazia-o nesses termos quase desdenhosos:

“Então, para extinguir esse rumor, Nero acusou crime, e puniu com as penas mais estranhas, essas pessoas, geralmente odiadas pela sua perversidade, e que o vulgo chamava Cristãos. A origem desse nome era um certo Cristo, que, no reinado de Tibério, sofrera a pena última por sentença de Procurador Pôncio Pilatos”. Desse modo, embora compadecido pela sorte dos cristãos, que considerava “culpados e merecedores do suplício máximo”, Tácito não vira mais do que isso ao testemunhar o aparecimento do maior acontecimento da história da humanidade. Faltava-lhe perspectiva para compreender a influência e a exatidão dos fatos desenrolados sob as suas vistas. Hoje, no entanto, o que passara despercebido ao “homem mais sábio e penetrante de sua geração” está ao alcance de qualquer pessoa.

São exemplos de que a história está cheia. Mas, por mais que os conheçamos, que pode a nossa inteligência, para estimar a ação de um homem, se lhe falta a distância para lhe assegurar a visão do panorama do qual os contemporâneos e os mais próximos apenas vêem pequena parte?

Outras vezes, porém, a ação do tempo se faz sentir menos pela revelação de novos documentos do que pela variação dos nossos critérios de julgamento. Nesse caso, não é a figura do

biógrafo, que se modifica sob o influxo de melhores conhecimentos sobre a sua vida, ou sobre a sua influência na marcha dos acontecimentos, mas o próprio ponto de vista do biógrafo. Taine, assinalando as oscilações de opinião em torno de Sainte-Beuve, que ora fora aplaudido, ora negado, fixou com muita segurança as diferenças existentes entre a maneira de julgar dos contemporâneos e da posteridade. "O que os contemporâneos notam principalmente num homem, escrevia Taine, é o partido que tomou nas suas lutas políticas ou religiosas; nada lhes interessa tão intensamente; eles o julgam segundo essa pedra de toque. O inconveniente é que ela se gasta depressa; ao cabo de meio século ou de um século, a posteridade escolhe outra. Então julgamos o homem segundo a qualidade e a grandeza do seu espírito, segundo a originalidade e a importância da sua obra"(71)

E não será essa uma das causas principais por que as opiniões sobre Cromwell vão desde o "Flagellum", de Heath, publicado anos depois da morte do Protetor, até os juízos atuais, que vêm em o Salvador das liberdades inglesas? Metternich, que ainda hoje suscita tantos julgamentos contraditórios, mas diferentes daqueles dos seus contemporâneos, bem compreendia essas mutações provocadas pelo tempo ao escrever, em 1819, à sua confidente, a condessa de Lieven: "Poucos homens me compreenderam e ainda poucos me compreendem. Meu nome associou-se a tantos acontecimentos imensos que ele passará à posteridade sob a sua égide. Eu te respondo que o escritor daqui a cem anos me julgará de modo inteiramente diferente de todos aqueles que têm, hoje, negócios comigo..."(72) De fato, assim foi. Menos, no entanto, porque hoje conheçamos Metternich melhor do que os seus contemporâneos e possamos avaliar as conseqüências da sua obra, do que pelos padrões diferentes de que nos servimos para julgar. Usamos outra "pedra de toque" como diria Taine.

Mas, se o tempo, em regra auxilia o historiador ou o biógrafo, pois, "longe de obscurecer a rota, lh'a tornará mais clara", também não devemos esquecer que a distância excessiva poderá prejudicar a sua capacidade de descortinar a verdade. Plutarco, falando da acusação feita por Stesimbrotto contra Péricles, a quem imputara manter relações criminosas com a mulher do seu próprio

71 - Taine, *Derniers essais*, p. 51.

72 - André Robert, *Hommes d'Etat*, III, p. 246.

filho, assim chamava a atenção para os percalços com que se depara o historiador: "tanto é difícil a história descobrir a verdade! Os historiadores, que escrevem vários séculos após os acontecimentos têm diante de si o véu do tempo, que lhes intercepta o conhecimento; e a história contemporânea, cega pelo ódio e pela inveja, ou corrompida pelo elogio e pelo favor, altera e dissimula os fatos" (73).

Ainda aí, como sempre, o que temos à nossa frente são as dificuldades, os motivos de erro, com que incessantemente se deparará o historiador na pesquisa da verdade, e que decorrem do fato de não poder a história perder o seu caráter subjetivo, como assinalam Seignobos e Langlois. Também à biografia e à crítica ocorre o mesmo. "Durante vinte anos, lembra Villemain no seu Discurso sobre a crítica, escreveu-se na Itália para demonstrar que Jerusalém era um mau poema. Tasso vivia. Depois a crítica não trabalhou senão para colocá-lo antes ou depois de Ariosto. Na Espanha os críticos contemporâneos desprezaram Cervantes; os críticos modernos colocaram-no logo depois de Virgílio e Homero" (74). Por que não se haveriam de verificar, na biografia, idênticas mutações, uma vez que também lhe falta pontos de referência objetivos?

Realmente, todo o trabalho do biógrafo está inevitavelmente jungido a certo empirismo. Desde as pesquisas até à escolha do material com que procurará reconstruir "a realidade" duma vida. Poder-se-ia objetar que ele se deverá ater a certas normas. É exato. Mas, do mesmo modo que o pintor, apesar de obrigado a seguir as regras sobre as combinações das cores, imprime cunho pessoal ao seu quadro, também o biógrafo, malgrado as limitações impostas pela verdade, nem por isso perde uma ampla liberdade para se afirmar. E não fosse isso, e por que diria Carlyle haver na Inglaterra apenas uma boa biografia: a de Johnson, por Boswell?

No entanto, para melhor se perceber a tarefa do biógrafo, ter-se-á de partir deste postulado: qualquer biografia jamais compreenderá a descrição completa, em toda a extensão da palavra, da vida de alguém. Seja por desconhecer grande parte dos fatos e sentimentos ligados à existência do biografado, seja por considerar inexpressivos muitos dos que tem ao alcance, nenhum biógrafo

73 - Plutarco, Péricles, XXIII.

74 - Villemain, Discours et melanges, p. 32.

fixa senão certos episódios e observações, que considera essenciais. E nessa escolha, inteiramente empírica, ele será o juiz. Poderá, como é óbvio, acertar, ou falhar. Contudo, por ela e pela maneira por que exponho o assunto, é que será avaliada a sua arte.

E é essa arte, que diferencia um biógrafo de outro pertencam ou não à mesma fase da biografia, pois a realidade cada qual, apesar das semelhanças existentes entre alguns, possui a sua maneira peculiar de tratar o assunto, expô-lo e comentá-lo. Que isso seja exato, uma vez que se torna irrealizável proceder ao estudo comparativo de todos os biógrafos, prova o simples confronto entre certos mestres do gênero.

Inicialmente, tomemos Plutarco, Tácito, e Suetônio. Foram contemporâneos, e, executadas algumas tentativas anteriores, como de Isócrates ao fazer o elogio de Evágoras, a de Xenofonte sobre Agesilau, e a de Cornélio com as suas "Vidas", constituem a grande triade da biografia clássica. No entanto, apesar de alguns pontos de contacto, como acontece nas vidas de Galba por Tácito e Plutarco, aquele é diferente de Suetônio, e este não se parece com qualquer dos dois. Enquanto Plutarco "começa contando as ações dos seus heróis e reune, no fim duma vida, as anedotas concernentes ao seu caráter", Suetônio prefere disseminá-las no curso da narrativa, e Tácito tem o hábito de conservar o tom grave. Se a obra de Plutarco está mais ou menos orientada pela idéia de "infundir um propósito saudável", as biografias de Suetônio demonstram pouca preocupação em ensinar, e Tácito, na vida de Agrícola, tem nítido sentido ecomiástico. Assim, cada qual conservou a sua "técnica". Mas, se dermos um salto de três séculos e chegarmos a S. Jerônimo, que pôs nas suas biografias o mesmo título adotado por Suetônio — "De viris illustribus" — o que mostra, possivelmente, influência recebida, — veremos quanto diferem das do biógrafo da era cristã, a começar pelos preconceitos de ordem religiosa a que não poderia fugir.

Não são, aliás, menores essas diferenças, que separam todos os biógrafos, se nos voltarmos para os mais renomados do nosso tempo, Strachey, Ludwig, e Maurois. Porventura, assemelhar-se-á a arte de qualquer deles à de Plutarco, Tácito, ou Suetônio? Serão iguais entre si? À ambas as perguntas, depois dum exame, teremos de responder pela negativa. Quanto à primeira bastará nos determos na maneira por que a narrativa foi conduzida pelos biógrafos antigos e pelos modernos. De fato, sob esse ponto de vista, são perfeitamente claras as linhas divisórias entre as duas épocas. Dos

antigos poder-se-á dizer terem desconhecido a preocupação da cronologia. Dos modernos poder-se-á afirmar que, justamente pelo respeito à cronologia, obtiveram os melhores efeitos para as suas descrições, realizando aos olhos do leitor aquilo que Maurois chamou "a impressão de descoberta progressiva". E também Ludwig, no seu estudo sobre Goethe, para traduzir essa mesma idéia de obediência à cronologia, fala-nos do "sistema de secções transversais". De fato, se os autores antigos se preocuparam, principalmente, em nos proporcionar o relato das ações mais notáveis do biografado, relegando a plano secundário o seu nascimento e a sua morte, a biografia moderna tende a ser uma parábola, começando no berço e acabando no túmulo. Tácito, por exemplo, e como é freqüente em Plutarco e Suetônio, aos quais jamais preocupou a ordem cronológica, somente ao encerrar a vida de Agrícola diz que este nascera do imperador Caio". Aliás esse desprezo pela cronologia, em oposição à orientação atual, inspirou a Humberto de Campos esta observação feita a propósito da "A vida de Joaquim Nabuco": "Os Plutarcos do século imprimem, porém, à obra que realizam, um aspecto mais humano, mais verdadeiro, mais fiel e, por isso, mais amargo, mais ingrato, mais triste. Os biógrafos antigos poupavam ao leitor o espetáculo doloroso da velhice, do declínio, da decadência física dos seus heróis" (75). Nessas condições, embora Ludwig, falando duma obra sua, possa referir-se "à maneira de Plutarco", e Strachey e Maurois tenham o mesmo gosto de Suetônio e de Plutarco quanto ao pormenor com que compõem os perfis das suas personagens, a realidade não nos permite colocar no mesmo plano a "técnica" com que modernos e antigos procuram conduzir as suas narrativas.

Resta-nos verificar se, por acaso, Ludwig, Strachey, e Maurois são iguais entre si, se, enfim, usam os mesmos processos. Evidentemente, ninguém os confundirá. Por que? Em primeiro lugar, ao contrário de Strachey, para quem o homem — se afigura, de certo modo, uma contingência das circunstâncias que o cercam, Ludwig talvez pudesse repetir com Carlyle que "a história do mundo é a biografia dos grandes homens". Por isso, enquanto a atitude do primeiro, em face do biografado, é quase sempre a de quem conserva suave sorriso de piedosa simpatia, a de Ludwig é a de quem procura encontrar as causas profundas, íntimas, das quais se originou a própria grandeza da personagem.

75 — Humberto de Campos, *Crítica*, I, p. 82.

Daí, como é explicável, decorrem outras causas de diferenciação, pois enquanto Ludwig se dispõe a nos dar o "retrato" em traços profundos e capazes de nos oferecer uma impressão do super-homem, Strachey, sem conseguir disfarçar a sua concepção de que o mesmo indivíduo pode ora se aproximar do heróico, ora roçar pelo ridículo, nunca perde a ocasião, através alguma minúcia, de nos apresentar, da mesma individualidade, os altos e baixos, que ressaltam dum ligeiro jogo de sombras. A consequência é que, embora ambos possam ter a preocupação da verdade, cada qual realiza a sua tarefa, conservando maneira peculiar. Se um trabalho de Ludwig nos pode proporcionar a impressão de contemplarmos o monumento a que ele tivesse dado vida, o sentimento despertado por um perfil de Strachey está muito mais próximo daquele causado por autêntica miniatura. Mas, não é só. Ludwig assemelha-se a um escritor falando de dentro das suas personagens, cuja alma, motivos e reações, procura desvendar e comentar. Strachey, no entanto, embora busque fazer-nos compreender o caráter dos biografados, permanece sempre na posição dum observador, almejando alcançar aquele efeito pela simples descrição dos fatos, sem que o leitor perceba a presença do autor.

Do mesmo modo, para assinalar as particularidades, que diferenciam Maurois tanto de Ludwig quanto de Strachey, apesar dos pontos de contacto que tem com este último, bastaria acentuarmos a nota lírica e a importância por ele dada, na composição das suas biografias, ao Destino.

Assim, por caminhos perfeitamente distintos, têm os biógrafos certa liberdade na composição do "retrato", que compuseram. É essa, aliás, idéia que não deve ser esquecida pela crítica, pois nos mostra ser impossível negar ao biógrafo certa liberdade na composição do "retrato", contanto que se não afaste propositadamente da verdade.

Por último cabe uma referência às omissões e pormenores, motivos de desentendimento entre críticos e biógrafos. Quanto àquelas, desde que não encerrem o propósito de esconder certos traços, ou concorram para prejudicar a impressão a ser transmitida ao leitor sobre a vida e a personalidade do biografado, lembraríamos o caso da "A vida de Disraeli", na qual o autor omite integralmente e sem comprometer a unidade do trabalho nem o perfil em mira, dez anos da vida do "grande judeu". E, do mesmo modo, Ludwig, tão minucioso, suprime vários anos de Bismarck.

Mais surpreendente, porém, é verificarmos a pouca simpatia às vezes revelada pela crítica em torno dos pormenores, do pleno fato íntimo. A verdade, porém, mesmo sem irmos tão longe quanto Merimée, que dizia "não gostar da história senão as anedotas", (76) é que, colocadas com propriedade, essas minúncias sempre constituíram um dos melhores elementos para a composição dos "retratos" biográficos. Delas se têm servido quase todos os biógrafos, grangeando justamente maior êxito aqueles que, pela precisão dos traços, mais se associaram à sua morte Suetônio, por exemplo, vai "desde as dimensões até a cor dos olhos", conforme observa Boissier, e não se esquece de nos informar que Cláudio tartamudeava e balançava a cabeça quando falava, ou que Cesar puxava os cabelos para frente a fim de disfarçar a calva. Plutarco não julga desnecessário dizer-nos que Anibal, com uma palavra, tranquiliza o seu exército aterrado, e que Alexandre toma um remédio sem dizer uma palavra. E Ricard, aliás, julga ser um dos méritos do autor das Vidas Paralelas justamente se ter detido menos em narrar os acontecimentos ruidosos do que em descrever pequenos episódios "e que, no entanto, são mais próprios para tornar conhecidos os caracteres e os costumes do que essas proezas brilhantes, freqüentemente resultantes de paixões, e que não ocupam senão alguns instantes da vida, enquanto os outros são a consequência do natural e formam os nossos hábitos" (77). Também Humberto de Campos, lembrando uma frase de Rousseau sobre Plutarco, acrescenta: "eis a verdadeira arte de pintar. A fisionomia não se mostra nos grandes traços, nem os caracteres nas grandes ações". E Carlyle, para nos transmitir uma idéia daquele curioso doutor Johnson, "tory" e reacionário, não considera desprezível contar-nos o episódio em que este aparece atirando um par de sapatos pela janela (78).

Realmente, na evocação da personalidade, poucas cousas terão força igual de persuasão para nos fazer compreender o temperamento do que esses nonadas de que está cheia a vida de qualquer pessoa. Assim, ao lermos a descrição deixada por Bourget da sua visita à casa de Goethe participamos da impressão causada por aqueles objetos íntimos e ligados à vida do poeta.

76 - Merimée, *Chronique du règne de Charles IX*, p. I.

77 - Ricard, prefácio à *Les vies des hommes illustres*, p. IV.

78 - Carlyle, *Les Heros*, p. 289.

Aquí uma jaqueta de Frederica. Ali as jóias de Lolote. Mais adiante um autógrafo de Lili. E por fim, o cicerone a dizer comovido ante o retábulo da janela: "Foi daqui que o pai de Goethe o olhava quando ele ia à cervejaria ver Gretchen, a sua primeira amizade". Será que esses pormenores não nos fazem compreender melhor do que alguns severos volumes de interpretação, parte da alma do poeta?

Se, portanto, foram verdadeiras essas observações sobre a legitimidade, e a necessidade do pormenor na elaboração da biografia, tal como a pretendemos, colorida, viva, persuasiva, exata, obra de arte, o que não é pretender inacessível verdade científica, certamente a missão da crítica não será dizer que não gosta da minúcia, por preferir iludir-se na contemplação dos grandes lanços, "muito comuns ou muito preparados", como dizia Rousseau.

* * *

É, pois, sob a ação de todas essas contingências inerentes à biografia que o biógrafo terá de compor o seu trabalho. A cada passo a dúvida se levantará diante dele. Cruzarão o seu caminho a complexidade da natureza humana e a precariedade da verdade no julgamento dos homens. Ele próprio não se desvencilhará do seu temperamento. Contudo, buscar transmitir, com a máxima exatidão possível, a descrição duma vida e a fisionomia de alguém eis a sua tarefa. Como a realizará, eis a sua arte.

Jamais, no entanto, — seja por desconhecer uma parte, seja por desprezar o que se lhe afigura secundário — fará mais do que um "retrato" composto com elementos parciais duma vida. Até porque, como nota Maurois, a biografia não consiste em dizer tudo quanto sabemos mas em balancear o que conhecemos e aí escolher o essencial. E, desde que é "retrato", cada biografia será não somente um pouco diferente do original, senão também diferente de todos os "retratos" feitos por outros biógrafos. Mas, assim como os melhores retratos não são os que têm mais tinta, ou os que nos mostram todos os poros duma face, também as melhores biografias não serão as que encerrem maior número de documentos e citações, mas as que, no conjunto, logrem proporcionar-nos nítida e real impressão sobre a vida e a personalidade de um homem. É o que está tentando realizar o biógrafo moderno,

cujos métodos e concepções, desde que se não afastem da fidelidade e honestidade na procura da verdade, seria bem difícil afirmarmos serem melhores, ou piores, do que os dos seus antecessores. O certo — e isso não deve ser esquecido — é que ele trabalha sob o signo do seu tempo e sob as inspirações da sua época, pois na realidade “cada geração canta para ela própria e na sua linguagem” (79).

79 – Barine, Alfred de Musset, p. 7.

O Tempo Perdido (*)

"A palavra dos moços é o melhor licor dos idosos."

Machado de Assis, Carta, 1898.

Por que não aproveitar o ócio, e levar Carolina para rever a terra natal? Azeredo tornou à antiga tecla: "Quanto eu gostaria que se resolvesse a passar pela Europa, e a conhecer esta Roma! Passaríamos aqui dias deliciosos. Por que não vem?" (1) A perspectiva da Itália, por que sempre tivera encanto especial, devia seduzi-lo, e esse sentimento emerge da correspondência de Machado, que não tardará em responder ao carinhoso confidente:

"O Governador da Bahia, Conselheiro Luís Viana, que chegou há dias tem tido festas e cumprimentos... Dizem que será um dos candidatos à eleição presidencial da República, daqui a três anos; alguns crêem que será o eleito. Onde estarei eu então? Uma das suas cartas (creio que a última) falava de me ver na Europa, e particularmente nessa Roma, que tanto e de tanta coisa fala. Sei que lhe daria prazer com isto, e pode adivinhar qual seria o meu. Entretanto, se não posso inteiramente dizer que não irei lá nunca, pois ninguém saberá onde estará amanhã, é todavia improvávelíssimo que lá vá. Terei vivido e morrido neste meu recanto, velha

(*) A Vida de Machado de Assis, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1965, ps. 179 a 192.

1 - Carta de 11.3.1898. Inédita, A. B. L.

cidade carioca, sabendo unicamente de oitiva e de leitura o que há por fora e por longe." (2)

Na realidade, metido no Cosme Velho, certo de que o homem é igual em toda a parte, o romancista continua avesso às caminhadas pelo mundo. Aliás, no fundo, não fosse a enfermidade e a insegurança dela decorrente, e, possivelmente, gostaria de ver outros povos. Por isso, a resposta termina com uma ponta de nostalgia: "Adeus, fale-me de Roma, a velha, a nova e a eterna. (3)

Ele é que não a conheceria, malgrado o fascínio pela Itália. E, pouco depois, escreverá a Azeredo: "...não sou Musset, nem posso dizer, como ele, que deixei o coração em Veneza. Se em alguma parte está nessa terra, é em toda ela, que nunca chegarei a ver, meu querido amigo, porque na minha idade já não é possível deixar a terra em que nasci e vivi para recomeçar uma vida nova. Agora acabou". Era melancólico. Por fim, como se lançasse a vista ao próprio passado, concluía: "Creio que nenhum dos meus contemporâneos deixou de ir ver terras alheias e diversas, onde a arte lhe deparasse vistas antigas e recentes, e costumes tão diversos destes. Só eu fiquei pegado à terra natal". (4)

A exceção doía-lhe. Por que, a exemplo dos amigos, não visitara também as velhas civilizações? "Entre as coisas que invejo neste mundo" — dirá num momento de expansão — "figura o espírito que, ainda moço, pode já tocar em mais de um ponto, lendo o passado onde ele ficou escrito, evocando o que foi, de mistura com o que é, costumes e paisagens, paços velhos e novos, aldeias e jardins, além das sepulturas de poetas com a sua vegetação pia, que parece dizer os versos de cada morto." Ante os painéis da Itália debuxados por Azeredo, Machado compreendia a falta que a Europa lhe fizera. Ele a Azeredo:

"Eu, meu caro poeta, não leio nunca nada disso que não sinta das grandes lacunas da minha vida. O destino — outros dirão as circunstâncias, mas eu não demoro em nomes — esse quer que é que nos leva através dos tempos faz-me nesta idade alheio e remoto de tantas coisas belas, e, o que mais, sem esperança de as

2 — Carta de 28.7.1899. Inédita, A. B. L.

3 — Idem, idem.

4 — Carta de 5.11.1900. Inédita, A. B. L.

ver jamais" (5). Realmente, prisioneiro dos fatos, ele ficara, acabando por adquirir o hábito e o gosto da imobilidade. E só ali, na "sua" carioca, parece sentir-se à vontade, satisfeito. Por isso, Veríssimo, com bom conhecimento de causa, escreve-lhe: "Você é o carioca por excelência, a quem o ar, a rua, tudo do Rio de Janeiro é absolutamente indispensável." (6). Sim, salvo para breve estação de veraneio, ele jamais deixará as faldas do Corcovado.

A inatividade foi desagradável. Por mais que se volte para as letras, Machado não se desvencilha do espectro do Tempo, que parece surgir-lhe com fisionomia desconhecida. Dir-se-ia que, inopinadamente, lhe desvendara a velhice. E, como é freqüente àqueles que lhe sentem a vertigem, ele, daí por diante, tentará detê-lo, enquanto põe uma nota de lamúria sobre o que passou, e talvez acredite não o haver aproveitado convenientemente. Contudo, nada segura os anos, que passam céleres. A Nabuco: "na minha idade e com o seu organismo, cada ano vale por três." (7) Aliás, não é recente essa sensação de fuga do Tempo, e ele dissera a Azeredo: "Cercado de longos trabalhos, não robusto, vejo irem-se os anos, mais depressa do que vieram, e não sei se, em breve, terei de parar, à espera que passe o trem derradeiro, que me levará ao meu lugar eterno. Revertere ad locum tuum. Veja que bom consolador lhe saio hoje. Acabo falando em coisas tristes. Há minutos desses que não se podem tirar do relógio da alma; o mais que se alcance é dar outro aspecto ao mostrador. O ponteiro marca a alegria enquanto a mola interior vai na direção do pesar" (8).

Compreende-se, portanto, que, ao atingir os sessenta anos, deixe escapar esta confissão: "Os anos, meu amigo, de certo ponto em diante andam muito depressa. Sabe quantos conto já? Entrei nos sessenta. Não escrevo em algarismo para me não afligir a vista." (9) Na realidade, afligia-se. E, como reação contra a inatividade que o angustia, será sempre inconformado ante o ato governamental: "A justiça vem aos moços", escreve. "Os velhos, como eu, atraem menos essa esquiva. Ao contrário (se me releva

5 - Carta de 29.5.1897. Inédita, A. B. L.

6 - Carta de Nova Friburgo, em 12.2.1901, Fernando Néri, Correspondência de Machado de Assis, p. 125.

7 - Carta de 10.3.1899, F. Néri, obr. cit., p. 125.

8 - Carta de 26.5.1896. Inédita, A. B. L.

9 - Carta de 7.11.1899. Inédita, A. B. L.

dizer aqui em reserva uma coisa pública e oficialmente impressa) na última reforma da Secretaria de Viação fui declarado adido. A razão é que o regulamento novo exige para o meu lugar um profissional, mas justamente o benefício seria não exigir um profissional, e continuar como durante o tempo em que exerci o cargo efetivamente (cinco anos), e antes de mim outros que não eram profissionais. Mas, enfim, o feito está feito, e o Ministro ornou-me de rosas à saída, por meio de um decreto especial e fundamentado. A minha posição agora é a que pode crer; segundo o Ministro, farei os trabalhos que este me der, mas é preciso que os haja; sem isso, terei os proventos do cargo sem os ônus". (10) De bom grado, ele trocaria as rosas pelo trabalho.

Como encher aquelas horas vazias, habitualmente dedicadas ao serviço público? Desde 1895, com o vagar e a discreção de que cerca os seus trabalhos, Machado compõe um romance, cujo título custara a encontrar: por fim, chamou-o Dom Casmurro. Logrará termina-lo entre o tempo que voa e a saúde que julga precária? Em janeiro de 1898 — dias após o decreto de disponibilidade — escreve a Azeredo: "Não é só a enfermidade, são também os anos; creia que o seu jovem amigo, que por muito tempo conservou um pouco de vigor de antanho, descanba na invalidez. Tenho um trabalho literário entre mãos; não sei se o darei pronto; isto lhe dirá o meu desânimo físico. Emagreci muito nos últimos meses" (11). Depois, numa advertência à discrição do amigo, acrescentava: "Mas, enfim, são coisas confiadas a um amigo sério e calado". Certo, Azeredo guardará aquela raras confissões, que mostram uma alma amargurada pelo tédio e pela incerteza. E por muito tempo na correspondência do romancista perdurará essa nota de desalento. Em maio, por exemplo, ele volta no mesmo tom: "Eu, pela minha parte, além de alguma coisa que tenho em mãos e não sei se acabarei, nem quando, quero ver se coligirei certo número de escritos que andam esparsos". (12) É o gérmen das Páginas Recolhidas.

Mas, por que a persistência das negras nuvens no horizonte do romancista? Podemos admitir que, ferido pelo desgosto, ele

10 - Carta de 10.1.1898. Inédita, A. B. L.

11 - Idem, idem.

12 - Carta de 10.5.1898. Inédita, A. B. L.

visse agravar-se-lhe o velho mal, sombra de toda a sua vida. Pelo menos é o que explica haver ele, sempre tão reservado, feito na ocasião, em carta a Azeredo, expressa referência a enfermidade. É de setembro de 98 esta carta a Azeredo: "estou acabando um livro, em que trabalho há tempos bastantes, e de que já lhe falei, creio. Não escrevo seguidamente, como quisera; a fadiga dos anos, e o mal que me acompanha, obrigam a interrompê-lo, e temo que afinal não responda aos primeiros desejos. Veremos". (13) Que se saiba, é a primeira vez em que Machado, numa carta, menciona "o mal que me acompanha". Certamente, precisara extravasar nessa confissão. E vagoroso, incapaz de correr, ele vai tecendo o livro que Veríssimo chamará de "irmão gêmeo de Brás Cubas". Conseguirá, porém, levar a cabo a tarefa? Inquietante interrogação para quem se sente esmagado pelo tempo e pela moléstia. "Não sei se ainda vivo", escreve a Veríssimo (14). O mal continuava a rondá-lo. Em dezembro, justamente no dia de Natal, ele deixa vaziar um pouco da amargura que o assoberba: "Interrompi a carta, diz a Azeredo, por motivo de doença. Ainda sinto alguns vestígios do mal, mas este passou. Note que não fui para cama, e apenas pasei um dia no gabinete, mas não podia deveras acabar a carta" (15). Era simples e doloroso. Quantos, porém, entenderão a alma do homem que teme a convulsão no minuto seguinte?

Prova desse estado de espírito, no qual predomina a idéia de um fim não remoto, é o testamento feito em 30 de julho de 1898. A "única e universal herdeira" era Carolina a quem, juntamente com o Visconde de Taide e o Capitão Bonifácio Costa, nomeou também testamenteira. A bem dizer legava-lhe a pobreza, pois, além do depósito de três contos e pouco na Caixa Econômica, possuía apenas oito apólices de conto de réis, e cinco ações de duzentos mil réis da Gazeta de Notícias. Em quase meio século de trabalho, era quanto ecomizara o mestre incontestado das letras brasileiras. A morte, entretanto, ainda estava longe; e ele sofreria muito antes de repousar.

Mas, sem tempo para perder, e como se fincasse alguns marcos para lhe recordarem a passagem sobre a terra, Machado,

13 - Carta de 9.9.1898. Inédita, A. B. L.

14 - Carta de 16.1.1899. Fernando Néri, obr. cit., p. 104

15 - Carta de 25.12.1898. Inédita, A. B. L.

concomitantemente com o Dom Casmurro, cuidou de reunir algo do que deixara disperso pelo caminho. Relativamente recentes, testemunho do favor público, eram as edições novas de Brás Cubas e Quincas Borba; e os editores já podiam cogitar de outras tiragens. Também Iaiá Garcia e os Contos Fluminenses não demorarão em reaparecer, numa prova de quanto se haviam multiplicado os cinco leitores, que imaginara para as Memórias Póstumas. Da colheita no passado surgirão as Páginas Recolhidas, publicadas no ano seguinte, e nas quais, entre contos e novelas, incluiu O Velho Senado, trecho de memória, e Tu, só tu, Puro Amor..., peça escrita para as comemorações do centenário de Camões, em 1880. Bem recebidas pela crítica, elas alegrarão o autor, que, como sempre ocorre, não se enfiará dos aplausos. Satisfeito, ele escreverá para Roma: "Remeto-lhe um exemplar das Páginas Recolhidas. Ao contrário do que supunha, este livro teve grande saída, mas o editor mandou só a primeira remessa, de maneira que muita gente espera por outros exemplares, que ainda não vieram." (16)

Era o bom êxito. Animado pela acolhida, Machado pensará também no poeta. A idéia não era nova, e ele escreveu, em 98: "Há quem anime a coligir os versos que tenho esparsos, e a fazer deles um volume. Não sei ainda que faça. Versos, quando são pecados da mocidade, não se podem tornar virtudes da velhice" (17). Agora, soprada por Veríssimo, a idéia renascia, e ele informou a Azeredo "Quanto aos meus (versos) estimarei coligi-los. Como Veríssimo e outros me têm aconselhado a publicação integral de todas as coleções verei se é possível fazê-lo, e então lá irão também os derradeiros; se não, cuidarei só destes." (18) De fato, vacilava. Deverá preferir uma coletânea completa, ou limitar-se ao que produziu depois das Americanas? Em maio, ele expõe a dúvida ao confidente distante: "Não sei se valerá a pena fazer o mesmo aos versos; dado que sim, poderá sair um tomo pequeno. E será tudo, naturalmente; neste ponto da minha jornada, não se podem fazer muitos nem longos projetos." (19) Sim, os projetos deverão ser breves; mas o trabalhador infatigável. E naquela luta contra o

16 - Carta de 7.11.1899. Inédita, A. B. L.

17 - Carta de 9.9.1898

18 - Carta de 7.11.1899

19 - Carta de 10.5.1898.

tempo não custará adivinhar-se que Machado optará pela publicação integral das suas poesias.

Aliás, ao aparecer a segunda edição de Iaiá Garcia, Veríssimo aproveitou a oportunidade para larga apreciação do romancista. Que haverá de comum entre o autor desse romance e o criador de Brás Cubas? Algumas vezes foi dito nada ter um com o outro, tão diversas as duas fases de Machado. Para Veríssimo, era apenas um desdobramento: "O livro delicioso e honesto que tem este nome (Iaiá Garcia) pertence à primeira maneira do autor". (20) Nada mais que isso, pois "de fato ele não mudou, apenas evoluiu". Depois, ao analisar o romance da mocidade do amigo, "talvez o mais romanesco dos que escreveu", o crítico lá descobre a misantropia do autor, "misanthropia social e amável, curiosa de tudo, interessando-se por tudo — o que em última análise ainda é uma maneira de amar os homens, sem estimá-los embora". Apreciação exata, lhana, que encantou o autor. E este, desvanecido, não demorou o agradecimento: "Não quero encontra-lo sábado, à noite sem lhe ter dado, ao menos, um abraço de longe. Aqui vai ele, pela crítica do meu velho livro e pelo mais que disse do velho autor dele. O que Você chama a minha segunda maneira naturalmente me é mais aceita e cabal que a anterior, mas é doce achar quem se lembre desta, quem a penetre e desculpe, e até chegue a catar nela algumas raízes dos meus arbustos de hoje". (21) Arbustos? Em verdade tratava-se de altas árvores, e delas se orgulhava a cultura brasileira. Mas, como se não tivesse inteira consciência da própria grandeza, o escritor ainda cuidava de reunir as plantas menores. Ou julgá-las-ia necessárias à sobrevivência da floresta?

* * *

Felizmente, foi curta a inatividade. Em novembro, nomeado para a pasta da Viação, Severino Vieira convidou Machado para seu Secretário. Era a reparação, e também o trabalho estafante. Mas, que importa a carga, se ela lhe permite sentir-se válido, cercado pelos velhos companheiros da repartição, e requestado pelos numerosos interessados! Embora vergado sob o peso dos volumosos processos, Machado exultava. E a carta, em que comunicou a Azeredo o feliz evento, bem exprime a vaidade pelos novos encargos: "Há de saber que desde 17 de novembro estou de Secretário do Ministro da Viação. O que não sabe talvez é que o meu

20 — José Veríssimo, Revista Brasileira, n. 16

21 — Carta de 15.12.1898, F. Néri, obr. cit., p. 101.

trabalho agora é imenso, e dizendo-lhe eu que saio todos os dias da Secretaria ao anoitecer e, não obstante, trabalho em casa, logo cedo, e aos domingos também, poderá imaginar a vida que levo". Por fim, dizendo não lhe restarem horas para o amanhã das letras, acrescentava: "Eu agora é que não sei se darei mais letras. Não me sobram anos nem forças para projetos futuros". (22) Mero equívoco. Como fugirá o escritor ao seu destino? Certa feita ele próprio dissera que "quem viveu de letras há de morrer com elas". E ainda uma vez, por mais árdusos que sejam os seus trabalhos, ele encontrará tempo para os seus devaneios. Não são eles, ao lado de Carolina, a sua própria razão de existir?

Devemos acreditar que, ao assumir a Secretaria, Dom Casmurro estava terminando. Em janeiro de 99, ao fazer a Francisco Hipólito Garnier, representado no ato por Estefanio Lassalle, antigo empregado da livraria, a venda "da propriedade inteira e perfeita" das suas obras, nelas incluiu Machado aquele romance que, em julho, já se imprimia em Paris: "As Páginas Recolhidas", escreveu a Azeredo, "estão prestes a sair, impressas em Paris. Também lá se está imprimindo o livro de que já lhe falei, Dom Casmurro; não me lembra se lhe confiei o título". Em seguida, menos categórico quanto à impossibilidade de retornar à pena do romancista dizia entre fatigado e esperançoso: "Agora não sei quando poderei escrever outro: o trabalho administrativo, especial e dobrado que trago sobre mim, veda empreendê-lo. Por outro lado, é preciso ir contando os anos, e cumprindo as advertências da natureza, que é pessoa despótica. Mas, é possível que, em me sentido mais aliviado de outras obrigações, tente alguma coisa". (23) Eterna contradição humana. Como conciliar a tranquilidade almejada pelo escritor com a burocracia, que ainda o seduz? É, como se não dispusesse de tempo para algumas cousas que lhe são caras, escreve a Azeredo: "Pode imaginar o serviço que tenho a meu cargo, já em casa, já na Secretaria, onde o Ministro, eu e os demais auxiliares saímos regularmente às seis e meia e sete horas da tarde. Para um homem franzino e avançado em anos, a tarefa não é pequena, posto que vou dando conta dela como posso". (24) Palavras das quais transparece certa vaidade do incorrigível trabalhador. Quantos suportariam esforço igual? Some-se a isso o desvelo pela Academia, que não esquece, mesmo nas menores

22 - Carta de 25.12.1898.

23 - Carta de 28.7.1899.

24 - Carta de 12.3.1899. Inédita, A. B. L.

coisas, e surpreende a energia daquele sexagenário enfermo. Realmente, a Rodrigo Otávio, secretário da instituição, e numa prova do cuidado que ela lhe suscita, é freqüente escrever bilhetes como este: "Meu caro dr. Rodrigo Otávio, não pude vê-lo ontem para falar-lhe de uma sessão da Academia, que convém fazer amanhã, sábado, às 3 horas da tarde, na Revista. Vou mandar notícia para os jornais, e peço que esteja presente. Vamos tratar da recepção do Domício e da admissão do membro estrangeiro que falta. A sua presença é indispensável. Até amanhã ou até logo" (25) E o cético acredita que a Academia sobreviverá.

De fato, Machado arranja tempo para tudo. Quem, se não ele, cuidará com os editores das Baladas e Fantasias, volume de poesias de Azeredo? Este, aliás, escreve-lhe a propósito de Garrett: "O centenário de Garret será em 1954; não é provável que o vejamos; portanto, nós que nos educamos sob a influência direta ou quase direta do seu espírito, devemos aproveitar o centenário do seu nascimento para iniciarmos o aplauso da posteridade". (26) Contudo pouco sabemos da morte, e Azeredo viveu até 1963. Atento à palavra do amigo, Machado apesar dos encargos, publicou um "belíssimo artigo na Gazeta", justamente no dia do centenário. Como esquecer quem "só por si valia uma literatura"? Embora anônimo, o artigo foi logo reconhecido pelos amigos. "Ninguém escreve nesse estilo", comunicou-lhe Nabuco. Na realidade, há muito que adquiriu um cunho pessoal, inconfundível, e inimitável. Contou Oliveira Lima que certa feita, havendo lido na Gazeta de Noticias uma nota sobre o seu secretário d'El Rei, logo telegrafou a Machado, agradecendo-lhe apesar de se tratar de nota da redação. O artigo era efetivamente dele" (27).

O episódio lembra a vigília de Machado pelos amigos, que lhe retribuem na mesma moeda. Ao aparecer a segunda edição dos Contos Fluminenses, no meado de 99, Veríssimo aproveitou a ocasião para algumas palavras de carinho e admiração. "Os grandes escritores", escreveu, "estão completos nas suas primeiras obras como no embrião se acha inteira a espécie. O que devia distinguir o sr. Machado de Assis entre os contistas de nossa língua, o seu Humor, a que ironia, o seu modo amargo de considerar a vida, já neles existentes." (28) Sensível aos afagos do

25 - Carta de 22.6.1900, Exposição Machado de Assis, p. 108.

26 - Carta de 2.1.1899. Inédita, A. B. L.

27 - Oliveira Lima, O Cético, Estado de São Paulo, 21.6.1939.

28 - José Veríssimo, Jornal do Comércio, 10.6.1899.

crítico, Machado agradeceu-lhe: "Não é preciso dizer com que prazer a li, nem com que cordialidade a agradeço, e se devo crer que nem tudo é boa vontade, tanto melhor para o autor, que tem duas vezes a idade do livro; digo duas para não confessar tudo." (29) Sem dúvida, os louvores desvanecem o tímido. Por coincidência, em 11 de junho, dia seguinte ao do artigo de Veríssimo (a proximidade exclui qualquer idéia de retribuição), Machado publicou na Gazeta crítica simpática às Cenas da Vida Amazônica, agora reeditadas. E, agradavelmente surpreso, o autor mandou a sua confissão: "A sua fineza vai-me ao fundo do coração. Imagine que eu pensei em pedir-lhe, e não me animei. Maior é, portanto, a emoção de reconhecimento que acabo de sentir lendo-o. Estou como Bocage depois de ler o elogio de Filinto Elísio. Eu lhe disse, e é a pura verdade; eu gostava do livro pelo que havia nele das minhas emoções juvenis, das cenas e paisagens em que fui parte e onde vivi, do amor do torrão natal com tudo que a saudade do passado lhe empresta de beleza e delícias; foi, porém, V. quem me fez estimá-lo, que me deu a confiança que ele não seria de todo desvalioso, e isso quando eu lhe era um quase desconhecido, na primeira vez que nos vimos." (30) Quase vinte anos haviam passado sobre esse primeiro encontro. E Veríssimo já bem conhece as sutilezas daquele espírito medido, discreto, e no qual cada palavra tem o sentido exato. Mário de Alencar dirá que "certa maneira de apertar a mão equivalia nele a um grito de alma". (31)

Talvez por isso os amigos se mostrem cada dia mais ternos com o admirável companheiro. Será o meio de atenuar-lhe o sofrimento, que sabem profundo? Para eles, Machado é uma espécie de Platão, cuja companhia ilustre e amável disputam enternecidos. "Só vi nele o grego", dirá Nabuco. (32) É expressivo que, em ocasiões diversas, Veríssimo e Mário de Alencar, ao evocarem Machado, se lembrem do filósofo grego. De Nova Friburgo, onde fora repousar no começo do século, Veríssimo escreve ao romancista: "Não se passa um dia que me não lembre de você. E, quando passeio nas belas alamêdas deste formoso parque, imagino-o, como um Plantão, a me dizer das gentes e das coisas. Você não é um admirador da natureza; o que lhe interessa

29 - Carta de 10.6.1898, F. Néri, obr. cit., p. 108.

30 - Carta de 12.6.1899, F. Néri, obr. cit., p. 109.

31 - Mário de Alencar, *Alguns Escritos*, p. 30.

32 - Carta de Washington, 25.11.1908, *Revista do Livro*, n. 5, p. 164.

é a vida humana e o homem, as suas paixões e idéias; mas seria sensível a um dia glorioso como este. Cabe-lhe esse qualificativo inglês. 14 ou 15.º (pela manhã tivermos 12º), límpido, ventoso, um sol esplêndido, um céu do mais belo azul. Está um dia de ócio, de longas conversações sob as árvores, a lembrar as belas coisas da "sacrossanta literatura". Como sinto não tê-lo aqui!" (33) De longe, à sombra do bosque traçado pelo arquiteto Glaziou, Veríssimo sentia saudade do bom amigo.

E Mário de Alencar, ao recordar a figura do tímido conversador, que apenas se sentia bem "em companhia pouca e escolhida, que permitisse a conversa a meio tom", referirá este episódio: "Mostrei-lhe uma vez, num diálogo de Plantão, um trecho da palavra de Sócrates... e até lendo-lhe em voz alta chegara eu a sentir o mesmo boleio da dicção expressiva e particular de Machado de Assis. Ele ouviu-me sorrindo e surpreso, e creio que contente." (34) Sem dúvida, aqueles que admitiu na sua amizade jamais conseguem esquecê-lo. Aliás, desde cedo se fizera notada a simpatia de Machado; e Plínio Barreto observará que "a meiguice e a cortesia do adolescente franzino desfaziam, imediatamente, as reservas com que, de ordinário, os que estão de cima recebem os que, nas letras e nas artes, vêm de baixo". (35)

Também Graça Aranha, que partira com Nabuco, não o esquece. Na Europa, conhecera Azeredo, que deu conta a Machado da nova amizade: "Fiquei encantado com ele — é um moço de rara distinção intelectual, e de elevada cultura, extremamente simpático, também pelos seus nobres sentimentos; e penso que ele, por seu lado, partiu contente comigo": Juntos, eles recordaram longamente o amigo comum e ausente. Azeredo a Machado: "Pode imaginar, conhecendo-nos a ambos, conhecendo o afeto que lhe temos, quantas vezes o seu nome aparecia em nossas longas, e expansivas conversas, através de sítios tão caros ao nosso espírito, tão sugestivos por si mesmos e pelas recordações que inspiram:...

"O Graça Aranha quer-lhe deveras muito. É grande a sua influência sobre o espírito dele. Eu gostaria que essa influência fosse empregada, não agora que ele está fora do Brasil, e de longe essas persuassões são impossíveis, mas quando ele para aí voltasse, em dar-lhe o gosto e quase a necessidade do trabalho escrito. É lastimável que com a finura natural dos seus instintos, a origina-

33 — Carta de José Veríssimo, Nova Friburgo, 28.1.1900.

34 — Mário de Alencar, Machado de Assis, O Imparcial, 29.9.1913.

35 — Plínio Barreto, Machado de Assis, O Estado de S. Paulo.

lidade e a força das suas idéias, e o seu poder verbal, que me parece considerável, ele ainda nos não haja dado um livro, nem o prometa para tão cedo. Eu insistia muito com ele nesse sentido; mas a resistência do hábito é naturalmente tenaz." (36).

Antes, aliás, Graça viajara para a Suíça com Nabuco, e também eles lembram o solitário do Cosme Velho. "Machado de Assis era o companheiro imaginário dessas peregrinações. Nabuco não o esquece nas suas visitas piedosas aos grandes mortos da literatura". (37)

"De todas estas visitas a mais delicada pelo perfume que nos deixou na alma foi a de Copett". E, com o transbordamento que lhe era próprio, Graça a contou numa carta a Machado: "Velho solar, onde morou a beleza, o gênio, o amor, como Machado de Assis saberia extrair de ti os segredos que estão nas tuas paredes, nas tuas árvores, no teu ar! como ele saberia traduzir o que se não vê, os pensamentos finos e altos, os murmúrios do gozo, e toda esta epopéia dos grandes espíritos guardada no teu misterioso silêncio".

E em outro trecho: "Era um quatinho, como um oratório. Nada mais nada menos que o quarto da Madame Récamier. Um leito muito artístico guardou ali o sumo da beleza pura, e quem sabe se da inocência virginal, da imaculada turris eburnea? A nossa emoção foi augusta. O Nabuco, erecto com a sua nobre figura de Deus antigo, perdia-se na contemplação... E (oh vergonha eterna!) eu fraco, sensibilizado até as lágrimas indefinidas, ajoelhei-me diante deste leito sagrado, e ajoelhei-me em nome de José Veríssimo; daí em diante, já que cheguei a esta postura humilhante, a emoção doentia, que me espreita nas minhas vacilações como uma fácil presa, conquitou-me em absoluto; e então, cheio da alma apaixonada de Machado de Assis, por ele e em nome dele, beijei longa e deliciosamente os santos vestígios do corpo adorável da mulher divina que ali descansou". (38) Que diria a isso o sensual cantor dos Versos a Corina? O certo é que, por muitos anos, teve no gabinete de trabalho o retrato de Madame Récamier oferecido por Graça, e ainda hoje recolhido entre os papéis do romancista. Em seguida, num tom íntimo e galhofeiro, a carta continuava: "Machado, se V. está lendo esta carta na Secretaria, fez mal, porque temo que de agora em diante a visão de Julieta Récamier

36 - Carta de 20.4.1901. Inédita, A. B. L.

37 - Graça Aranha, Correspondência entre Machado de Assis e Joaquim Nabuco p. 41 Ed. 1942

38 - Carta de Paris, 30.10.1899. Inédita, A. B. L.

comece a perturbar os seus sentidos e resulte disso que nem V. entenderá o Severino, nem o Severino o entenderá! V. está com a cabeça toda misturada, aposto". Quem, no entanto, logrará saber o que anda pela cabeça daquele homem fechado? Mas, isso não impede que, tal como os discípulos de Platão, os amigos tenham por ele carinho especial.

A instalação desta nova Secretaria de Ciência e Tecnologia é uma festa de inteligência, dando continuidade à nossa tradição de cultura na vida brasileira. Talvez cheguemos um pouco tarde; mas acredito que a Secretaria será um válido instrumento para completarmos e apressarmos nossas aspirações de desenvolvimento, abrindo, em vários setores, humanos ou científicos, lisonjeiras perspectivas de progresso.

Por certo, não precisaria dizer aqui algumas cousas do conhecimento de todos. Contudo, não perderei grande tempo ao repeti-las. Inicialmente, lembraria vivermos numa sociedade em que cerca da metade de seus componentes tem menos de 14 anos, e que nenhuma importação tecnológica bastará para atender nossas necessidades. Assim, ao tempo em que precisamos de ensinar milhões de jovens a trabalhar, pois, afinal, o ensino técnico resume-se em ensinar a produzir melhor e portanto perceber melhores salários, urge encontrarmos técnicas adequadas às nossas matérias primas. Nem há outra maneira de as valorizar. Não contitui segredo que a posse de matérias primas se tornou fator absolutamente secundário para as nações, passando a diferença entre as mesmas a ser

(*) *Discurso pronunciado pelo governador Luiz Viana Filho na solenidade de instalação da Secretaria extraordinária para Ciência e Tecnologia, Salvador, 27.01.1969.*

assinaladas pelo "valor de seu capital técnico, e, mais ainda, de seu capital humano, comandando este, aliás, o primeiro". Não haveremos de fugir à regra. Devemos, sim ter consciência de que, para logarmos aquela decolagem de que nos fala Rostow, em busca do desenvolvimento, não haverá outro caminho senão este agora escolhido, o mesmo que os Estados Unidos tomaram há mais de um século, para alcançarem o poderio atual. E ainda mais: devemos estar conscientes de que a era tecnológica é irreversível.

Sem dúvida, como sempre ocorreu na história da humanidade, jamais faltarão os que acreditam mais fácil e rápido desenvolver o país sem cuidar da ciência ou do aprimoramento moral do povo. Daí devermos estar sempre prontos a pagar algum preço nessa luta pela ciência. É um preço que chamaria cívico, tanto aquelas condições são importantes para corrigir injustiças sociais e fortalecer a Segurança Nacional. Desejo mesmo evocar aqui esta lúcida observação de eminente militar: "as vulnerabilidades e as injustiças da ordem social, como fatores cada vez mais importantes da Segurança Nacional, devem ser tratadas nas suas causas, com os remédios adequados para corrigi-las e não apenas com simples medidas militares de repressão aos seus efeitos".

Realmente, fomentando a ciência ou difundindo o conhecimento e a prática de novas técnicas, estaremos minorando injustiças e, portanto, revigorando a Segurança Nacional. Nem esqueçamos que esta precisa acompanhar mediante trabalho ingente as mudanças ocorridas neste meio século, incomparavelmente maiores que as verificadas nos cinco mil anos precedentes. Devemos trabalhar infatigavelmente tentando diminuir o trágico fosso tecnológico que separa nações desenvolvidas daquelas ainda não desenvolvidas. E se nada fizermos, se for infrutífero esse esforço para ajudar o Brasil e os brasileiros, se nada logarmos nessa caminhada inspirada na esperança de entregarmos às gerações futuras uma pátria cuja maior força seja, não a potencialidade das riquezas inexploradas, mas a ciência e a técnica, estar-nos-á o consolo de que, em lugar de semear dissensões, o nosso tempo foi dispendido em perseguir o progresso, para libertar o país, do colonialismo tecnológico, tão grave quanto qualquer outro.

De fato, a existência de uma agressiva e sadia política científica e tecnológica, é hoje razão da própria sobrevivência das nações. Um país como o Brasil, com problemas e características

regionais de um verdadeiro continente, não poderá traçar uma política científico-tecnológica realista, se não contar com a ampla colaboração de vários setores, todos empenhados em construir a pujança nacional. Para nos tornarmos verdadeiramente grandes, deveremos fazer da mútua compreensão e não do ódio o catalizador das nossas melhores energias patrióticas.

Será, aliás, decisiva a participação dos Estados, mormente daqueles, como a Bahia, que por suas dimensões territoriais por sua população, por suas potencialidades industriais e reservas naturais, escapam à análise dos organismos federais ou mesmo regionais. Daí a importância, em termos nacionais, da Secretaria Extraordinária. A atual fase de acelerado desenvolvimento industrial da Bahia exige a criação de uma infra-estrutura científico - tecnológica compatível com a sua evolução, permitindo o aparecimento de indústrias enraizadas no meio e resultante do aproveitamento, com tecnologia local, dos imensos recursos minerais, vegetais e animais de nosso Estado.

A verdadeira independência de um país, no mundo contemporâneo, exige uma capacidade tecnológica suficiente para permitir a exploração eficiente de todos os recursos nacionais disponíveis.

É indispensável a qualquer nação equipar-se com estruturas, instituições e diretrizes adequadas, a fim de poder utilizar beneficentemente os conhecimentos científicos e tecnológicos mundiais. Até porque as doutrinas econômicas do último decênio identificam a inovação tecnológica decorrente do progresso científico como o fator mais dinâmico no crescimento das economias modernas.

As ciências não são apenas um conjunto de resultados e leis que exercem influência no conteúdo e desenvolvimento da civilização e cultura contemporânea, nas condições de vida e no destino do homem. São, também, métodos para descobrir feitos e processos determinando as leis que melhor permitam estudar e analisar criticamente idéias, hipóteses e teorias.

Para que um país possa progredir espiritual, intelectual e materialmente é indispensável uma invulgar capacidade de absorção das novas idéias decorrentes do progresso científico. A não acompanhar esse progresso; a não ser capaz de captar e analisar os novos eventos da ciência; a tomar conhecimento desses eventos através das informações deturpadas e mirabolantes dos meios comuns de divulgação; ou a desacreditar os que, num esforço

titânico, tentam desenvolver a ciência; será esmagado pela própria mediocridade, e não escapará à decadência.

Confio que nossas condições anteriores à fase científico-tecnológica em muito enriquecerão com o seu humanismo e virtudes do nosso povo a fase cujo alvorecer presenciamos. Resta, porém, garantir um crescimento permanente e harmônico. Crescimento somente possível com uma sólida política desenvolvimentista sustentada por uma infra-estrutura temperada de humanismo resultando numa experiência singular, que se deverá somar ao patrimônio da cultura universal e cujos resultados práticos, a curto e médio prazo, conduzirão à elevação do nível econômico social do nosso povo.

A Secretária de Ciência e Tecnologia dará ao governo do Estado uma vigorosa ferramenta. Em menos de um decênio, alterando os métodos de ação, as sistemáticas de transformação social e as possibilidades de aproveitamento das riquezas naturais do Estado, será peça do harmonioso desenvolvimento social, no qual, educação e ciência representam, pelo menos, 45%, tal como demonstrado por economistas americanos, para o crescimento econômico dos Estados Unidos entre 1928 e 1966.

Nada preciso, pois, acrescer para acentuar a alta responsabilidade confiada ao professor Bautista Vidal, que implantará tão importante núcleo de trabalho científico e tecnológico. A juventude não o priva dos títulos e dos conhecimentos necessários a tão árdua investidura, na qual, com o zelo que lhe é habitual, vai servir ao Governo e em particular à Bahia. Acredito mesmo, a julgar pelo despreendimento, poderia dizer até o estoicismo, marca permanente daqueles que no Brasil se dedicam às atividades científicas, que nem sequer as amarguras, as decepções, as invejas infelizmente tão presentes na vida pública o fariam recusar a colaboração que lhe pedi e sinceramente agradeço. Ele que me perdoe se o fel for por demais amargo, ou a escuridão excessiva. E que ambos nós possamos ter sempre presentes aquelas palavras de São Paulo, que nos ensina a não nos deixar-mos vencer pelo mal.

Quero, porém, de coração aberto, agradecer a quantos a exemplo do nosso ilustre Ministro e meu caro amigo professor Carlos Simas — se dignaram a atender o convite para abrilhantarem esta solenidade, especialmente honrada com o comparecimento do nosso eminente Arcebispo Primaz, D. Eugênio Salles, que parece testemunhar aquelas palavras de Pio XI: "A ciência, que é o

conhecimento dos fatos naturais, jamais colide com a verdadeira fé cristã”.

Seria, porém, injusto esquecer o nome de um amigo ausente e distante, sábio descendente de sábio, e que muito me incentivou para a decisão que ora se concretiza: refiro-me ao professor Carlos Chagas, a quem tanto deve a ciência brasileira. Não terminarei, entretanto, sem invocar outro sábio nosso, Amoroso Costa, cujo conceito sobre a ciência se me afigura admirável complemento a um pensamento de Goethe: “O valor supremo da ciência não é o seu valor de utilidade prática, nem mesmo o seu valor de verdade, é o seu valor de beleza”. Que assim possamos vê-la, senti-la e amá-la.

Cronologia Biográfica

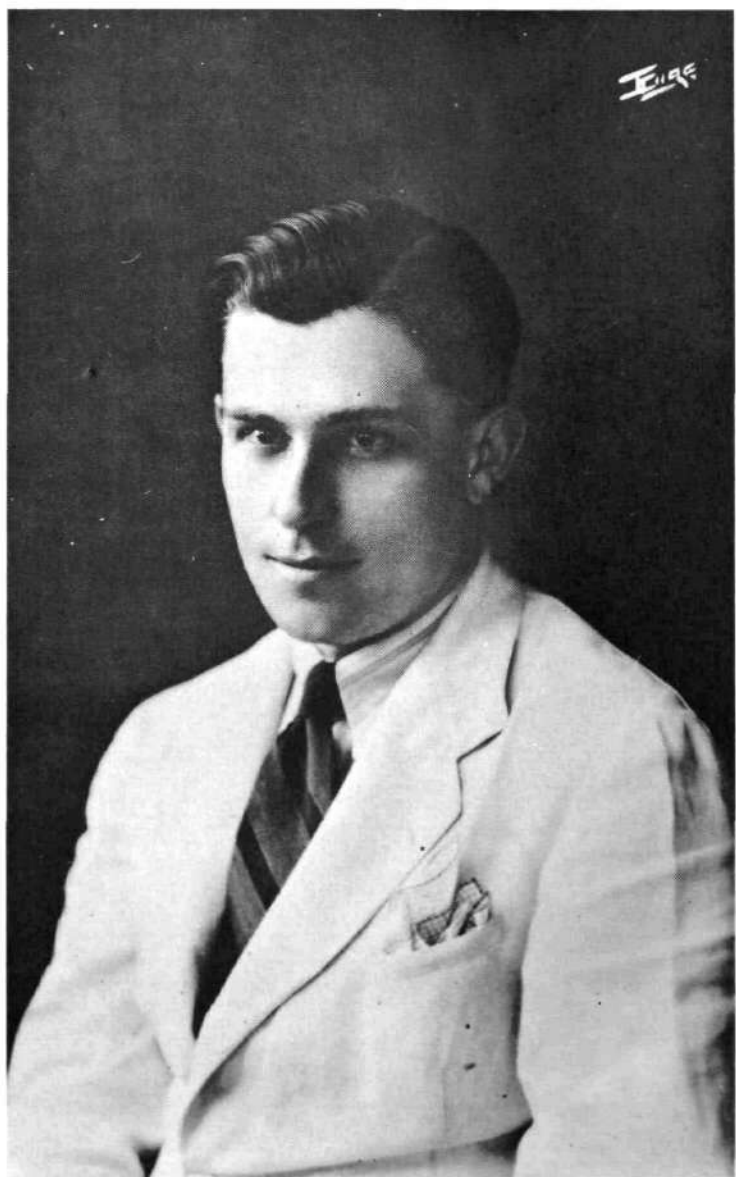
- 1908 – Nascimento em Paris no dia 28 de março, filho do Conselheiro Luiz Viana e Joana Gertrudes Viana.
- 1910 – Registrado no Distrito da Sé, em Salvador, Bahia.
- 1914/1923 – Frequentou várias Escolas primárias no Rio e em Salvador.
– Presta exames no Colégio Pedro II, no Rio, e no Ginásio da Bahia, em Salvador.
- 1920 – Morte de seu pai, o Conselheiro Luiz Viana, durante uma viagem a Europa.
- 1924 – Começa a trabalhar, em Salvador, no Jornal “Diário da Bahia”.
- 1925 – Matricula-se na Faculdade de Direito da Bahia.
– Redator do jornal “A Tarde” a partir de 28 de dezembro.
- 1928 – Eleito Presidente do Centro Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito da Bahia.
– Fica noivo de Julieta Pontes, em 4 de junho.
- 1929/1932 – Redator da Revista de Cultura Jurídica.
- 1929 – Colação de grau como Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 8 de dezembro, no salão nobre do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, tendo como Paraninfo da turma o Prof. João Marques dos Reis, catedrático de Direito Civil.
- 1930 – Inicia a sua carreira de advogado.
- 1931 – Casa-se com Dona Julieta Pontes em 31 de dezembro.
- 1932 – Redige uma grande parte do “Manifesto” da Liga de Ação Social e Política, apoiando a Revolução constitucionalista de São Paulo.
– Preso em 21 de agosto.
– Publica em colaboração com Aliomar Baleeiro o seu primeiro livro: *Direito dos Empregados no Comércio*.
– Nascimento do seu primeiro filho, Frederico, em 1^o de novembro.
- 1933 – Candidata-se à Constituinte Federal e é derrotado.

- Contratado para ensinar Direito Internacional Público, na Faculdade de Direito da Bahia, em substituição a Bernardino de Souza.
- 1934 - Candidata-se e é eleito deputado federal pela Bahia.
- 1935 - Assume a cadeira de deputado federal, sendo o mais jovem entre os seus colegas.
- 1936 - Publica "A Língua do Brasil".
- 1937 - Perde o seu mandato de deputado federal, com o golpe de 10 de novembro.
- 1938 - Volta a Bahia, para dedicar-se ao jornalismo e à advocacia.
 - Publica "A Sabinada".
 - Nomeado Procurador do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM).
- 1940 - Faz concurso em abril e foi empossado, no dia 30 de outubro, como Catedrático de Direito Internacional. Sua tese tem como título "A Condição Jurídica do Estrangeiro".
- 1941 - Publica "a Vida de Rui Barbosa".
- 1943 - Nomeado catedrático de História do Brasil da Faculdade de Filosofia da Bahia.
 - Eleito para a cadeira n.º 2 da Academia de Letras da Bahia, cujo patrono é Gregório de Matos. Substituiu Aloísio Lopes Pereira de Carvalho (Lulu Parola).
- 1945 - Candidata-se e é eleito deputado federal pela Bahia na Constituinte.
- 1946 - Deputado federal pela Bahia.
 - Publica "O Negro na Bahia".
- 1947 - Escolhido vogal da Sociedade de Escritores Brasileiros, Diretoria do Rio.
- 1949 - Publica "Rui e Nabuco".
- 1950 - Reeleito deputado federal pela Bahia.
- 1952 - Publica "A Vida de Joaquim Nabuco".
- 1954 - Reeleito deputado federal pela Bahia.
 - Eleito para a Academia Brasileira de Letras, em 8 de abril, substituindo Miguel Osório. O primeiro ocupante da cadeira foi Medeiros de Albuquerque.
 - Publica, em edição da Casa Rui Barbosa, a "Antologia de Rui Barbosa".
- 1955 - Toma posse da Cadeira n.º 22 da Academia Brasileira de Letras, que tem como patrono José Bonifácio o Moço. Foi recebido com o discurso de Menotti del Picchia.
- 1957 - Membro da Comissão Nacional incumbida das comemorações do jubileu de "Ruy em Haia".
- 1958 - Reeleito deputado federal pela Bahia.
 - Publica alguns Discursos parlamentares sob o título de "A Bahia Espoliada".
- 1959 - Publica "A Vida do Barão do Rio Branco".
- 1962 - Reeleito deputado federal pela Bahia.
- 1963 - Publica "Afrânio Peixoto".
- 1964/1966 - Ministro Extraordinário para os Assuntos do Gabinete Civil da Presidência da República, no Governo Castello Branco.
- 1965 - Publica "A Vida de Machado de Assis".
 - Chefe da Delegação Brasileira na reunião da OEA, realizada no Rio de Janeiro.
- 1966 - Nomeado para responder interinamente pelo Ministério da Justiça.
 - Exerceu interinamente o Ministério de Educação e Cultura.
 - Reassume o mandato de Deputado Federal.
 - Candidata-se ao Governo da Bahia.

- 1967 – Recebe em Lisboa o título de Membro da Academia Internacional de Cultura Portuguesa.
- 1967/71 – Governador do Estado da Bahia.
- 1969 – Faz comunicação na reunião conjunta da Academia Internacional da Cultura Portuguesa e do Conselho Geral da União das Comunidades de Cultura Portuguesa, em Lisboa, sobre a “Contribuição do Padre Antonio Vieira para os Direitos do Homem”.
- 1971 – Reassume e exerce a cadeira de História da Bahia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.
– Começa a escrever um livro sobre o Governo Castello Branco, ainda não publicado.
- 1973 – Viaja aos Estados Unidos, Inglaterra, França e Portugal.
– Entrega a José Olímpio “O Governo Castello Branco”.
- 1974 – Eleito para a Academia de História e para a Academia de Ciências de Lisboa.
– Eleito Senador da República em 15 de novembro.
- 1975 – Publica o “Governo Castello Branco”.
– Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.
– Discurso na Sessão Especial do Senado, em homenagem ao Marechal Juarez Távora, em 27 de agosto.



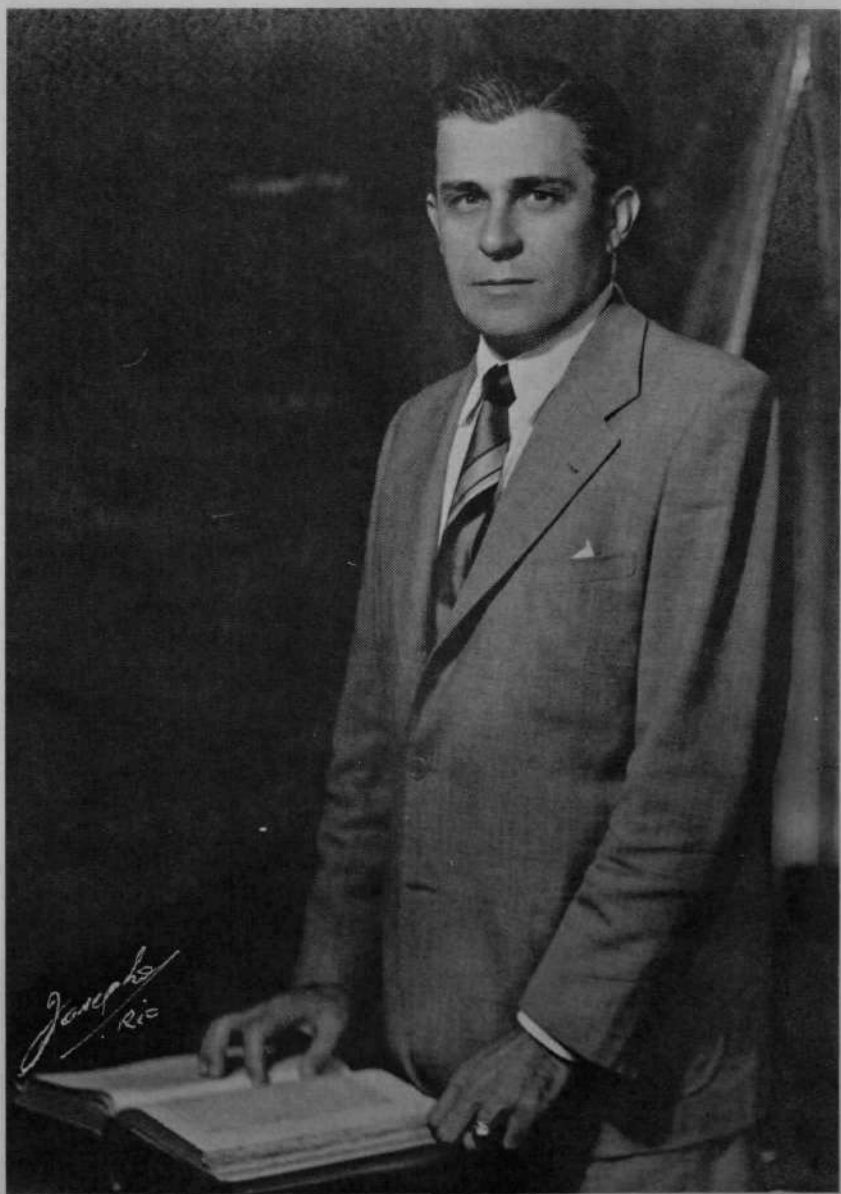
L. V. F. aos 14 anos (1922).



L. V. F. acadêmico de direito.



Bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia.



L. V. F. no seu 1.º mandato de deputado federal em 1935.



L. V. F. na campanha eleitoral de 1946.



L. V. F. Governador do Estado.

Bibliografia

1 - LIVROS E ESTUDOS

- 1932 - *Direito dos Empregados de Comércio* (em colaboração com Aliomar Baleeiro), Almeida e Irmão Editores, Bahia 1932, 241 pgs.
- 1936 - *A Língua do Brasil - A Gráfica*, Bahia 1936, 70 pgs.
- 1938 - *A Sabinada (A República Baiana de 1837)* Livraria José Olímpio Editora, Rio 1938, 210 pgs.
- 1941 - *A Vida de Rui Barbosa - Companhia Editora Nacional*, São Paulo 1941 (Biblioteca do Espírito Moderno, História, série 3, vol. 17), 301 pgs.
- 1945 - *A Verdade na Biografia*, Editora Civilização Brasileira S/A, 1945, 171 pgs.
- 1946 - *O Negro na Bahia - José Olímpio Editora*, Rio de Janeiro 1946 (Coleção Documentos Brasileiros n. 55), 167 pgs.
- 1949 - *Rui e Nabuco - José Olímpio Editora*, Rio de Janeiro 1949 (Coleção Documentos Brasileiros n. 64), 230 pgs.
- 1952 - *A Vida de Joaquim Nabuco - Companhia Editora Nacional*, São Paulo, 1952, 355 pgs.
- 1954 - *Antologia de Rui Barbosa - Casa de Rui Barbosa*, Rio 1954, 250 pgs. (traduzido para o espanhol).
- 1956 - *Miguel Osório - Organização Simões*, Rio 1956, 76 pgs.
- 1958 - *A Bahia Espoliada - Departamento de Imprensa Nacional*, Rio de Janeiro 1958, 16 pgs. (Discursos Parlamentares).
- 1959 - *A Vida do Barão do Rio Branco - Livraria José Olímpio Editora*, Rio de Janeiro 1959, 458 pgs.

- 1959 – Da Nacionalidade das Sociedades – S. A. Artes Gráficas, Salvador 1959, 83 pgs.
(tese de concurso para a docencia livre na Faculdade de Direito da Universidade da Bahia).
- 1963 – Afrânio Peixoto – Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro 1963, 118 pgs.
- 1965 – A Vida de Machado de Assis – Livraria Martins Editora, São Paulo 1965, 289 pgs.
- 1966 – Centenário de Aloysio de Carvalho, Academia de Letras da Bahia, 1966, 33 pgs.
- 1968 – Rui Barbosa e os Militares, Imprensa Oficial da Bahia 1968, 7 pgs.
- 1972 – O Último ano de Ruy na Bahia, Salvador, Imprensa Oficial da Bahia, 1972, 11 pgs.
- 1974 – Elogio de Antonio da Silva Melo, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1974, 49 pgs.
- 1975 – Em Favor do Nordeste, Brasília, Senado Federal 1975, 37 pgs.
– O Salário dos Professores e a Educação Nacional, Brasília, Senado Federal 1975, 24 pgs.
- 1975 – O Governo Castello Branco, Livraria José Olímpio Editora, Rio de Janeiro, 1975, 571 pgs.
- 1975 – Homenagem ao Marechal Juarez Távora, Senado Federal, Brasília, 1975, 15 pgs.

II – ARTIGOS

- Inúmeros artigos em Revistas Jurídicas e Literárias do país.
- Artigos assinados em jornais da Bahia e do Rio, além da atividade profissional de Redator nos jornais A Tarde e Diário da Bahia, de 1924 a 1933 e de 1937 a 1945.

III – OUTRAS OBRAS

Crônicas e contos publicados em Revistas Literárias da Bahia quando universitário.

IV – DISCURSOS PARLAMENTARES, de 1935 a 1966.

- V – CONFERÊNCIAS em diferentes instituições de vários estados do Brasil e em Portugal.
- VI – PREFÁCIOS, inclusive ao livro de Teodoro Sampaio, “Rio de São Francisco e a Chapada Diamantina” publicado na Bahia em 1938 pela Editora Cruzeiro.

Muitos artigos foram publicados na imprensa de todo o país sobre a obra de Luis Viana Filho. Revistas americanas, portuguesas e africanas também comentaram os seus últimos livros.

Índice

VIDA E OBRA DE LUIZ VIANA FILHO.....	5
AS IDEIAS DO SÉCULO	35
OS BIÓGRAFOS E A BIOGRAFIA	45
O TEMPO PERDIDO	59
O ORADOR	73
CRONOLOGIA BIOGRÁFICA	79
BIBLIOGRAFIA	83